

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E ANÁLISE DOS DISCURSOS
PUNITIVOS NA PEC 171/93**

Samuel Medeiros Andreatta

Rio de janeiro 2018/2

Samuel Medeiros Andreatta

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E ANÁLISE DOS DISCURSOS
PUNITIVOS NA PEC 171/93**

Monografia de final de curso,
elaborada no âmbito da graduação
em Direito da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como pré-
requisito para obtenção do grau de
bacharel em Direito, sob a
orientação da Professora Dra.
Luciana Boiteux.

Rio de janeiro 2018/2

SAMUEL MEDEIROS ANDREATTA

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E ANÁLISE DOS DISCURSOS
PUNITIVOS NA PEC 171/93**

Monografia de final de curso,
elaborada no âmbito da graduação
em Direito da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como
pré-requisito para obtenção do
grau de bacharel em Direito, sob a
orientação da Professora Dra.
Luciana Boiteux.

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador _____

Membro da Banca _____

Membro da Banca _____

Rio de janeiro, 2018/2

Ficha catalográfica da Biblioteca (espaço reservado)

DADOS PESSOAIS

Nome e Sobrenome: Samuel Medeiros Andreatta

DRE: 113091090

Telefone: 021 22473798

Celular: 021 991501661

E-mail: samuelandreatta@hotmail.com

Endereço: Rua Lopes Quintas, 74, apto 401 bl.2

Turno: (integral)

Orientador(a): Luciana Boiteux

MM488p

Medeiros Andreatta, Samuel Redução da Maioridade Penal e Análise dos Discursos Punitivos na PEC 171/93 / Samuel Medeiros Andreatta. -- Rio de Janeiro, 2018. 16 f.

Orientadora: Luciana Boiteux. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito, Bacharel em Direito, 2018.

1. Criminologia. 2. Redução da maioridade Penal . 3. Direitos Humanos. 4. Direito Penal. I. Boiteux, Luciana, orient. II. Título.

RESUMO

O esforço presente parte de uma análise transversal de aspectos idealistas morais na teoria de Kant e aspectos criminológicos críticos no projeto de redução da maioria penal. Sob a fundamentação filosófica tentou-se explicar como a Criminologia Crítica e o idealismo enfrentam o empirismo, diante do postulado de Hume. Para tanto buscou-se tecer esclarecimentos gerais sobre a teoria kantiana, entendendo-a na pesquisa como método epistemológico de categorização do discurso. Há também uma explanação de dados estatísticos concernentes à aplicação de medidas socioeducativas e sua relação com os discursos proferidos no congresso. Em suma será feito um levantamento bibliográfico de cunho genealógico para lidar com a problemática do presente caráter moral na construção de legislações e de discursos parlamentares. Para além, a análise histórico- filosófica – política, desde a perspectiva criminológica crítica, se perfaz como elemento fundante da metodologia do trabalho.

Palavras chave: Criminologia crítica; Filosofia idealista; Redução da Maioridade penal.

ABSTRACT

This effort comes from an interdisciplinary analysis of different aspects of the Kantian idealistic theory and different aspects of critical criminology concerning the decrease of the penal age. Under a philosophical prism this has been an attempt of explaining how critical criminology and idealism deal with the empirical problem confronted with Hume's proposition. The research tried to establish an explanation of the general problems in the Kantian theory, understanding it as an epistemological method of categorization of discourse. There is, as well, an exposé of statistical data that refers to the sentence given to underage citizens compared to the political discourse in congress. In sum, the paper is a bibliographical research, following the geneological perspectives, to deal with how morality plays a part in the elaboration of legislation and the congressional discourse. Furthermore, the historical-philosophical-political point of view is the most important element in the present methodology.

Keywords: Critical criminology, idealist philosophy, reduction of the penal legal age.

Sumário

Introdução	10
I - METODOLOGIA DE PESQUISA	12
1.1 Método criminológico crítico.....	13
1.2 A Evolução do Método	14
1.3 Breves considerações sobre a Dialética na Criminologia Crítica	20
1.4 Labelling Approach	23
1.5 A Concepção Agnóstica.....	25
1.5.1 Pressupostos da teoria agnóstica conforme Salo de Carvalho.....	27
1.6 Postulado de Hume.....	29
1.6.1 Superação do Postulado de Hume.....	31
II - ASPECTOS GERAIS DO KANTISMO	34
2.1 Quem foi Kant?	34
2.2 Idealismo Transcendental e Revolução Copernicana (ou como: Kant lida com Postulado de Hume)	36
2.3 A Revolução Copernicana	39
2.4 Imperativo Categórico e Retributivismo.....	42
III - MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO.....	49
3.1 Enfrentamento da posição retributiva e a Crítica.....	49
3.2 Histórico de votação	54
3.3 Aspectos críticos da Emenda e da Votação	61
3.4 Categorização dos Discursos	69
IV - ASPECTOS MORAIS TRANSVERSAIS	75
CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

Introdução

Este estudo discute as justificativas concernentes à redução da maioridade penal no Brasil. A redução da maioridade penal é tema de grande relevância para entender de que maneira atuam as agências do sistema de política criminal na caracterização de seu inimigo. A escolha do tema relaciona-se com o fato de que os discursos e argumentações, que sustentam a redução da maioridade penal, tem um fundo moral religioso extremamente latente.

Inicialmente há a explicação de diversos conceitos que compõem a criminologia crítica e conceitos filosóficos, para, posteriormente, no seio da discussão da redução da maioridade penal, confronta-los. A partir de conceitos filosóficos, a busca se evenvereda num estudo da construção de falas parlamentares, e dos aspectos idealistas que podem ser avivados neste discurso. No sentido sociológico, estuda-se o discurso de maneira transversal, a partir da criminologia crítica, incorporando padrões filosóficos. O intuito é verificar se estes discursos correspondem à realidade empírica. A meta é também explicar sua historicidade, assim como a identificação dos agentes que o propagam.

O objetivo dessa pesquisa, sob o marco teórico da criminologia crítica, apoiada em autores Como Lola Anyar de Castro, Salo de Carvalho, é realizar uma análise da estrutura político social do sistema punitivo, demonstrando de que maneira se constrói uma argumentação fundamentada em imperativos. O esforço é permeado pelo embate entre a posição crítica e idealista nas justificações do discurso legislativo e na determinação de uma fonte que constitui um vetor de expansão da Lei Penal.

A abordagem utilizada no presente trabalho é transversal. Perspassa por conceitos sociológicos, criminológicos e filosóficos que, por sua vez, visam a entender os discursos parlamentares através de um embate entre idealismo e materialismo. Sob uma perspectiva crítica, os discursos são classificados como pretensão de imperativos e, assim, no lugar de aceitar seu caráter metafísico, este é visto como denuncia da própria

moralidade da lei. Ou seja, a descoberta de um caráter metafísico de uma afirmação não serve para legitimá-la, pelo contrário, serve para desqualificá-la no plano empírico.

Há a busca pela obtenção de uma ótica de análise ampla. O Mapa do Encarceramento da juventude foi utilizado como fonte primária estatística. Ademais, compõem a pesquisa dados do IPEA, assim como relatórios elaborados por órgãos administrativos do Poder Legislativo.¹ Foram observadas e apontadas características inerentes à periodicidade de leis específicas e o aumento do encarceramento apontado por dados fáticos do INFOPEN.

O diário oficial da câmara dos deputados também serviu como fonte de pesquisa, sendo este permeado pelos padrões morais que pretendem demonstrar a aproximação do direito penal à um vetor anti secular. Neste viés busca-se desvelar o vetor moral que norteia a redução da maioria penal e seu desenvolvimento.

¹ BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.” Levantamento anual de privação de liberdade”. Link eletrônico disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012> / http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf> Acesso: 01/02/ 2017

I - Metodologia de Pesquisa

Abdica-se da ideia de neutralidade científica. Todo discurso tem uma relação de poder inerente. Sob a constatação de que não se pode exprimir ideias para além das diferentes manifestações da linguagem e de que a própria linguagem não é isenta, opta-se pela perspectiva crítica. Notadamente nas teorias que denunciam a falácia das funções da pena, como as teorias rotulacionistas latino americanas.

Destarte é preciso entender o que são as funções declaradas da pena. Zaffaroni e Batista² categorizam duas esferas destas funções, cada uma delas subdivididas em mais duas: Função especial: positiva e negativa; e Função geral: positiva e negativa. As teorias de prevenção geral são aquelas que atribuem à pena um caráter dissuasório(negativa) e reforçador(positiva), já as de prevenção especial positiva são aquelas que reproduzem valor no sujeito (é a chamada ortopedia da moral por Foucault³).

A conclusão empírica da Criminologia Crítica é a de que as funções declaradas da pena se situam num plano teórico, distante da realidade. A análise crítica das funções declaradas da pena permite afirmar que são, de fato, apenas isto: funções declaradas. Tais funções são moldadas por discursos de legitimação que iluminam a farsa do sistema penal.

Como explica Lola Anyar, diante das demandas que exigem uma roupagem científica - notadamente no esforço positivo de conferir o caráter de “ciência” ao direito e nos pressupostos da razão metafísica, universalmente verdadeiros e necessários- a teoria crítica surge para propor uma “negatividade libertadora”⁴; entendendo que este tipo de legitimação nada mais é do que um método de subjulgação. O método de subjulgacao é este processo de classificação de delitos como intrínsecos ao ser humano mas que em verdade, sob a análise crítica, correspondem, como todo delito, à opções culturais temporais advindas da subjulgação de determinados estratos da população .

² ZAFFARONI, Eugenio/ BATISTA, Nilo. . Direito Penal Brasileiro I, Revan, 2004. P115.

³ FOUCAULT, Michel. “Vigiar e Punir” Editora vozes: São Paulo, 42ª edição, 2014 p.15

⁴ Termo cunhado por Lola Anyar para denominar um dos traços caracterizadores do método crítico. ANYAR, Lola. Criminologia da Libertação. Rio de Janeiro :Revan, 2005 p.109

Em primeiro momento serão determinadas as características que compõe o método crítico. Os traços do método crítico permearão todo o estudo, seja denunciando o caráter moral da legislação, seja identificando um vetor de expansão da punição e confrontando-o com dados estatísticos.

Em (um)segundo momento, por entender a importância acerca do debate quanto à produção de discurso no Direito Penal, utiliza-se o conceito de imperativo (categórico e hipotético). Nesta esteira, a análise basear-se-á nas acepções das teorias kantianas trabalhadas por H.J paton e Henry J Allison. A utilização deste método é proposital, é forma de denúncia da importância conferida à razão prática ou moral⁵, é tentativa de desvelar a legitimação metafísica.

A abordagem em Kant é entendida a partir do estabelecimento da sua teoria do conhecimento, com base no prefácio de sua obra “Crítica da razão pura”⁶ sob um entendimento idealista transcendental. Também foram utilizadas as definições presentes na sua obra “Metafísica dos costumes”⁷ e na “Fundamentação da metafísica dos costumes”⁸. Trata-se de uma análise sob os padrões da genealogia, aliando a sociologia e a gnosiologia.

1.1 Método Criminológico Crítico

A metodologia crítica adotada no trabalho indica os seguintes eixos epistemológicos: (i) ênfase na dicotomia entre visão de mundo idealista e materialista. (ii) oposição à sociologia positiva e modelo consensual. (iii) importância da dialética enquanto teoria histórica e catalisadora de consciência (iv) a opção por preterir a ideia de origem por uma concepção genealógica (v) perspectiva agnóstica no tocante às relações de poder.

⁵ ANYAR, Lola. Op., cit., p.,110

⁶ KANT, I. “Crítica da Razão Pura”. Trad: Manuela de Jesus e Alexandre Fradique. Lisboa: fundação Calouste gulberkian, 2001. 5ª edição: prefácio.

⁷ KANT, I. “Metafísica dos Costumes”. Trad:Edson Bini. Editora: edipro. 1ª edição 2003, Bauru São Paulo

⁸ “ KANT, I. “Fundamentação da metafísica dos costumes”, Trad: Paulo Quintela. Editora 70 textos filosóficos. 2007, Lisboa.

1.2. A Evolução do Método

A criminologia não nasceu crítica. O próprio conceito de “criminologia” é posterior ao que passou a ser definido como criminologia clássica. Utiliza-se o termo na acepção de Lola Anyar de Castro:” Criminologia como braço do controle social⁹”. Assim, mostra-se necessário realizar uma digressão histórica, pois a crítica só se sustenta enquanto apontamentos das falhas dos modelos prévios.

O *devoir* na criminologia confere a impressão de uma linearidade cronológica, o próprio termo evolução pode evocar a sensação de progressão: de maneira nenhuma é o que se apresenta neste trabalho, a crítica nesta monografia é norteadada pelo entendimento de que:

Ao pressupor o avanço linear da técnica criminológica, concebido a partir da ideia de que novas teorias sucedem padrões de investigação defasados e que os novos modelos são necessariamente mais avançados em termos científicos, restou esquecido o fato de que as teorias e os inúmeros processos de conhecimento (inclusive não científicos) acerca de determinados temas coabitam, coexistem simultaneamente e são compartilhados no fluxo histórico.¹⁰

Assim, são apresentados apenas destaques e apontamentos que marcam o conteúdo criminológico de determinado ponto da história. É inegável que diversos processos histórico-filosóficos ocorrem paralelamente e transversalmente, definindo e mudando a definição do termo de maneiras distintas.

A escola clássica criminológica tem início na concepção do Estado moderno, meados do século XVII, a partir da formação dos ideais de soberania, sob o modelo contratualista. Esta perspectiva é fundada no liberalismo e no modelo sociológico do consenso¹¹. Trata-se de uma tentativa inicial de explicação da pena, não é por outro motivo que foi classificada posteriormente como razão filosófica para existência da pena¹²

⁹ ANYAR, Lola. Op., cit., p43.

¹⁰ CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia, Editora: Saraiva, 2016. 6ª edição, São Paulo. P43

¹¹ ANYAR, Lola. Op., cit., p69

¹² ANYAR, Lola. Op., cit.,. P120

Cabe dizer que esta criminologia estava aliada, declaradamente, às ciências naturais. A escolha de metodologia advinda do método científico possui um véu de neutralidade sob a roupagem da certeza do conhecimento exato¹³ e, sob a visão crítica, perverte-se em cientificismo. Para legitimar um estudo era necessário recriar os mecanismos de dominação, e a criminologia clássica cumpriu seu papel subserviente.

Schuman define a criminologia clássica como o esforço intelectual destinado a produzir legitimação¹⁴. Lola Anyar define a criminologia clássica como forma de controle social fundante da nova ordem estabelecida pela via da dominação legal.¹⁵ Outro ponto de destaque é que a criminologia no Direito Penal clássico, como leciona¹⁶ Albrecht, está focada numa dimensão puramente retributiva, trata-se de uma disciplina: “dogmática normativa sem qualquer exigência empírica. Neste caso, uma criminologia como ciência de provimento não era demandada.”

Uma vez consolidado o sistema mercantilista/pré capitalista ocorre uma reformulação da criminologia para sustentar os mecanismos de dominação dos não proprietários. A criminologia clássica é “substituída” pela criminologia positivista, sob a perspectiva genalógica o surgimento de novas correntes não implica no desaparecimento das anteriores, nesta perspectiva Albrecht entende o positivismo como segunda fase da evolução criminológica.

Nesta segunda fase, surge o Direito Penal preventivo, necessitando da verificação no campo empírico. Trata-se de elaboração teórica ancorada em um conceito variável e vazio de periculosidade; é um esforço de construção de prognósticos para riscos futuros de reincidência, mas ainda com uma concentração no autor. O resultado da legislação no campo penal deve ser verificável, sob a ótica da prevenção, mas não o é. Logo, funciona como mecanismo de controle, exercendo apenas uma função declaratória.

¹³ Mesmo dados de estudos “científicos” não são sinônimos de verdade absoluta. Há uma diversidade de fatores que compõem a aferição de resultado, sobre o tema HART, Carl e estudos sobre o fenômeno do “P hacking”.

¹⁴ SCHUMAN, Karl. “On proper and deviant criminology varieties in the production of legitimation for penal law” in: Critique and Dissent: An Anthology to Mark 40 Years of the European Group for the Study of Deviance and Social Control. Red quill books, 2013.

¹⁵ ANYAR, Lola. Op., cit., p69

¹⁶ ALBRECHT, Peter Alexis. “Criminologia – Uma Fundamentação para o Direito Penal” Lumen Juris – 2010 p.5

Isto posto, é cabível evocar a crítica de Zaffaroni: “uma das pretensões mais ambiciosas desta criminologia etiológica individual equivocada foi a de fazer da realidade o velho sonho positivista: medir a perigosidade”¹⁷ A legitimação empírica da criminologia positivista acontece enquanto esforço teórico na fundamentação das teorias da pena, em particular as de prevenção especial e geral positivas. Mesmo assim, a ideia de que o cárcere “ressocialize” o sujeito, nunca foi comprovada. Assim, esta posição criminológica (fim do século XIX), longe de sua declarada neutralidade, age como como sustentáculo que justifica a manutenção de um sistema opressor.

A construção de mitos fundada na ideia de crime como fenômeno dado, como escolha individual, cria a figura de um menor infrator sanguinário, pertencente às classes mais baixas e racialmente definida. Para Chapman este estereotipo permite quebrar a solidariedade entre classes, movendo a agressão contida na luta de classes para uma luta intra-classes¹⁸. Separa, no ideário da sociedade, o jovem criminoso e o jovem que “cometeu um erro”.

Tal argumento tornar-se mais claro na realidade concreta a partir da internalização, pelo senso comum, de uma perspectiva meritocrática, desde uma visão deturpada do princípio da igualdade. Paradoxalmente, o processo ocorre criando distanciamento de pessoas de uma mesma classe sob esta ideia de igualdade: “se eu consegui, porque ele não consegue? Por que tem de “optar” pelo crime?”.

O Estado mantém seus deveres positivados na esfera constitucional apenas como postulados positivos ou como função declarada, atuando de maneira afastada de seu rol garantístico. Ao revés de revelar sua sanha punitiva no tocante à punição de menores, argumenta ser possível, de maneira falaciosa, que o cidadão, no caso o (ex)menor, sem qualquer assistência¹⁹ cumpra este padrão positivado a partir de uma perspectiva de igualdade amorfa.

¹⁷ ZAFFARONI, Eugênio Raúl. “Criminologia: aproximación desde un margen”. Santa Fé de Bogotá: Temis S.A, 1993, p. 244. Tradução livre de: “una de las pretensiones más ambiciosas de esta criminología etiológica individual equivoca fue la de hacer realidad el viejo sueño positivista: medir la peligrosidad”.

¹⁸ CHAPMAN, Dennis. “Sociology and the stereotype of the criminal”. Londres, Tavistock. 1968

¹⁹ Como passaremos a ver o número de jovens em internação medida socioeducativa que não completou o ensino médio é alarmante.

Mais tarde, nos anos 70/80 (século XX), surge a criminologia crítica com os estudos de Baratta.²⁰ Nesta vertente criminológica, é primado o entendimento de Lola Anyar²¹ :” criminologia é controle social, criminologia é poder.” Neste sentido, opta-se por uma visão relacional do termo poder, o poder é exercido sobre alguém, não é tesouro guardado por mais ricos ou característica individual. A pergunta de quem tem mais poder só pode ser entendida em relação ao outro: assim se deu o avanço do pensamento criminológico.

O exercício do poder e seus meandros passam a ser vistos desde uma perspectiva panóptica, na qual o sujeito interioriza as próprias formas de controle passando a se auto-vigiar. Esta visão questiona o próprio tema de abordagem. A virada criminológica vai acontecer de maneira pós preventiva, no chamado Direito Penal da segurança²²:

A orientação pelo resultado do direito penal muda do autor individual para situações sociais problemáticas. A tradicional criminologia do autor não pode mais acrescentar a situações sociais problemáticas do arsenal de suas pesquisas nenhum ganho essencial ou conhecimento novo.

A Criminologia Crítica surge como resposta a uma tendência do d Direito Penal de legitimação da pena, que, em sua nova fase contemporânea pode ser entendida tanto pelo viés penológico neoretributivo ou como Direito Penal pós preventivo²³ .Trata-se de um viés do chamado Direito Penal simbólico enquanto vetor da lei e ordem, indiscriminadamente aplicado e concebido sem qualquer verificação empírica.

O esforço da criminologia crítica preconiza a opção política de criminalização de uma conduta e os sujeitos que são afetados por esta opção de criminalização, invertendo o Direito Penal do Autor. A criminologia crítica é “ciência”, lato sensu, que explica o crime e seu controle pelos diferentes vetores que influenciam e compõe o Direito Penal. Assim, faz-se necessária a explanação dos conceitos chave que compõem este método.

²⁰ BARATTA, Alessandro. “Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal”. Revan, 2011. Coleção Pensamento Criminológico vol I

²¹ ANYAR, Lola. Op., cit., p 51

²² ANYAR, Lola. Op., cit., 12

²³ ANYAR, Lola. Op., cit., p 5

1.3 A evolução na caracterização do desvio

O desvio per se, para a criminologia crítica, é entendido como uma fabricação, como uma maneira de apontar as causas do problema para o indivíduo, quando estas causas são sociais. Desta maneira a dimensão crítica se dá na superação do paradigma etiológico causal, na superação da ideia ontológica do delito, de que o tema central de estudo seria o criminoso como violador inato. Superação também da tentativa de construção para as funções da pena (prevenção especial e geral) e concerne uma ruptura com o positivismo. Para Sabbadel, em Durkheim²⁴, é apresentada a ideia de desvio, enquanto fenômeno da estrutura social, mas ainda entendendo-o como fenômeno dado, ancorado num estudo das causas.

Cabe denotar que o desvio, ao qual Durkheim se refere, também perspassa por uma ideia contida no conceito de solidariedade. O desvio apontado pelo autor seria o desvio à solidariedade dentro de uma relação social²⁵, o desvio é resultado, para Durkheim, de uma patologia derivada da extrema divisão do trabalho. O fato social como categoria mantém seu caráter etiológico pois o estudo é das causas do crime, não há regressão suficiente e o delito permanece sendo estudado como escolha pessoal até o advento da crítica.

Posteriormente, em Merton,²⁶ revive-se o desvio. O autor, que trabalhava sob posição contrária à freudiana²⁷, ainda entende a anomia sob um caráter individual, mas atrelada também à situação generalizada. Tal conceito mertoniano advém da contraposição entre meios institucionalizados e metas culturais, o desvio ocorreria quando o sujeito: não utiliza dos meios institucionalizados para atingir as metas culturais(inovação), utiliza dos meios mas não se importa com as metas(ritualismo), não se importa com ambos(evasão) ou tenta instituir novos meios e novas metas (rebelião).

²⁴ SABADDEL, Ana. “Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do Direito.” Revista dos tribunais, 7ª edição ampliada 2017, São Paulo. p 33. Denota-se que o termo é utilizado em relatos históricos e na grécia antiga, mas sua primeira aparição no viés sociológico pode ser traçada até a contribuição de Jean Guayu, inclusive há menção ao autor na primeira edição da obra de Durkheim.

²⁵ SABADDEL, Ana. Op., cit., 39.

²⁶ SABADDEL, Ana. Op., cit P 77

²⁷ MERTON, Robert.” Social Structure and Anomie.” American Sociological Review, Vol. 3, No. 5 (Oct., 1938), pp. 672-682. Disponível em : <http://www.jstor.org/stable/2084686> Acesso em : 15/09/2018.

Na criminologia crítica a ideia de desvio só pode ser pensada a partir da própria caracterização do que seria este desvio: “não é um ser, é um estar”²⁸. O desvio nos leva, na criminologia crítica, até a opção de categorização do comportamento desviante, não ao delinquente ou a uma atitude de desvio per se. Todos os vetores que estão envolvidos no desvio, sejam eles políticos ou morais ou econômicos, caracterizam o delito. A opção de prática do delito não mais é estudada a partir de motivos internos do indivíduo, mas sim a partir da opção de criminalização de certa conduta pelo Estado.

Alessandro Baratta²⁹ classifica tal pensamento como a primeira expressão Crítica. O conceito de desvio, como estudado pelo autor, nega o princípio do bem e do mal, assim como a patologização do positivismo e do delito ocorrendo da mesma maneira quanto aos discursos morais sobre o crime. Sob este ponto de vista, surge a proposição do estudo do fenômeno crime sob o um aspecto integrado ou sociológico.

A intenção é focar na delimitação do porque uma conduta é classificada como delito. Tal entendimento se dá a partir da postulação do conceito de técnicas de neutralização e sua expansão enquanto política criminal. A pluralidade, característica inerente de uma sociedade globalizada, multiplica o desenvolvimento de definições distintas de periculosidade e de reprovação moral e legal. Esta incorporação da estrutura social no estudo do crime é a chamada virada sociológica.³⁰

A virada da criminologia crítica(advinda dos estudos de Baratta) é a negação do paradigma da defesa social, de que o Direito Penal deveria agir como instrumento de vingança institucionalizado. O crime, sob o aspecto criminológico crítico, não é puramente fruto de uma escolha individual, mas sim de uma opção estatal criminalizadora que tenta manter o conflito intra-classes. Ao sair do paradigma etiológico e patológico as respostas passam a situar-se numa integração social, através de fomento ao Estado do bem estar social. Há a possibilidade de resgate do pressuposto primeiro, fruto das reformas burguesas, do Direito Penal enquanto medida de contenção

²⁸ BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 2ª edição. p 68.

²⁹ BATISTA, Vera Malaguti. Op., cit p 68.

³⁰ BATISTA, Vera Malaguti. Op., cit p 71.

para a sanha punitiva. A visão crítica do delito não é feita pela legislação apenas, mas sim pela conjugação de fatores extrínsecos a esta e o entendimento da ação dentro de um universo social.

De maneira a elucidar a questão Baratta define este momento:

o momento crítico atinge a maturação na criminologia quando o enfoque macrossociológico se desloca do comportamento desviante para os mecanismos de controle social em particular para o processo de criminalização. O Direito Penal não é considerado nesta crítica somente como sistema estático de normas, mas como sistema dinâmico de pulsões no qual se podem distinguir três mecanismos analisáveis separadamente: O mecanismo de produção das normas (criminalização primária), o mecanismo de aplicação das normas, isto é o processo penal (criminalização secundária, e por último o mecanismo de execução da pena³¹

1.3 Breves considerações sobre a Dialética na Criminologia Crítica

“Ganha mais quem nada faz, menos ganha quem produz” (Da Silva, 1990.)³²

O abandono do positivismo também pressupõe o abandono de uma ideia de neutralidade científica. Não há neutralidade possível na construção do discurso pois este pode e será instrumentalizado pela classe que o sustenta. A crítica procura a superação das dicotomias entre o saber e agir, entre sujeito e objeto, entre ciência e sociedade, enfatizando os determinantes socio históricos da produção do conhecimento científico e o papel da ciência na divisão social do trabalho³³.

A criminologia crítica pode ser entendida a partir de uma matriz materialista dialética. O mundo das ideias não dita a realidade, quem o faz é o próprio processo histórico de dominação burguesa atrelado aos padrões sociais que, por sua vez, moldam comportamentos. A própria ideia de escolha se matiza com estes diferentes padrões. A³⁴ dialética, a qual a criminologia crítica encampa, tem influências na evolução filosófica hegeliana e marxista. A dialética, enquanto esforço hegeliano é uma concepção

³¹ BARATTA, Alessandro. Op., cit., p 161.

³² SILVA, José Bezerra da. “O Poeta operário”. In: Da Silva, José Bezerra. **Eu não sou Santo**. Rio de Janeiro, RCA, 1990.

³³ ALVES, Mazzoti. ALDA, Judith. “O método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa”. São Paulo: Pioneira 1998. p 177.

³⁴ SPINTEL, Arnaldo. “O que é Socialismo” São Paulo: Editora Brasiliense, 25ª edição, 1991.

metafísica sobre como se organiza a sociedade. A partir dessa visão cada conceito possui, em si, o seu contrário.

A tese de Hegel, a chamada síntese, é a culminação da negação da negação. A Lei, em Hegel, afirma algo. Quando a lei é transgredida e o delito cometido, o indivíduo nega essa lei; a punição, enquanto resposta lógica, é a única opção pois consubstancia-se negação desta negação. Logo, na conclusão hegeliana, a punição é resultado da negação de uma lei que retorna as coisas ao seu status originário.

Em Hegel o direito em si aparece opondo-se à vontade do particular, aí se encontra a negação da negação³⁵. A origem do contrato social, ao se liberar do estado selvagem hobbesiano, vem da própria ideia de que existiria uma vontade legisladora¹. O direito abstrato hegeliano é ato de coação, pois o ato injusto é uma violência contra a existência da liberdade, materializada em um ato exterior³⁶. Em Hegel, a recomposição se dá no sentido de que toda violência destrói a si mesma, anulando-se frente à outra violência. Tal princípio encontra maior ressonância nos esforços teóricos das ciências naturais, sendo possível traçar um paralelo em Lavoisier e sua máxima de que na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.

Em “Princípios da Filosofia do Direito” postula-se que a primeira coação exercida como violência pelo ser livre é o crime³⁷. No delito, ou violação da norma jurídica, são negados não apenas o aspecto particular da absorção da coisa na minha vontade, mas também o que há de universal e infinito no predicado que me pertence. Para Hegel a violação só tem existência positiva como vontade particular do criminoso. Lesar essa vontade criminosa com a vontade positiva existente é a supressão do crime, é a restauração de um status original “puro” do direito e pré-delito.

A pena não é apenas justa em si, mas justa também é a vontade do criminoso, pois se constitui uma maneira de exercer sua própria liberdade³⁸. Ela se exerce enquanto relação dialética da consciência. O senhor de escravo só tem consciência de sua

³⁵ HEGEL, Georg Wilhem Friederich. “Princípios da Filosofia do Direito”. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins fontes, 1997 p 93.

³⁶ HEGEL, Georg Wilhem Friederich Op., cit p p 147

³⁷ HEGEL, Georg Wilhem Friederich Op., cit p p 95.

³⁸ HEGEL, Georg Wilhem Friederich Op., cit p. 89

liberdade pois possui escravos. Sua dialética tem caráter histórico contingente, e a história aparece em termos evolutivos morais e com um propósito necessário.

Porém, a crítica assume a dialética como elaborada por Marx. Hegel encampava a perspectiva idealista, enquanto Marx era um filósofo materialista. Para os idealistas era o pensamento que moldava a realidade, assumia uma perspectiva interna universalizável e independente da realidade. Marx e Engels, que se apoiaram na perspectiva materialistas que Feuerbach dirigira ao idealismo de Hegel, entendiam que o movimento do pensamento era apenas um reflexo do real. O pensamento, produto do cérebro humano, é também, ele próprio, produto da natureza; desta maneira, o pensamento não poderia deixar de ser também um reflexo individual de um meio social.³⁹

Ocorre, sob a dialética, uma interpretação constituinte do desenvolvimento histórico, entendendo-o de maneira finalística. A oposição de forças e interesses que superam a si mesmos, conformam novas técnicas de pesquisas alicerçadas num método histórico. O método dialético: "intenta buscar contradições esclarecedoras, entre a essência e o fenômeno." ⁴⁰

O embate entre classes não se trata no seu cerne de definir vilões. A visão de Marx centrava-se nas relações de trabalho, delas depreende-se que o detentor dos meios de produção explora aquele que só tem seu trabalho para vender, apropriando-se do excedente produzido pelo trabalhador e afastando-o do próprio bem que está produzindo. Na evolução do capitalismo financeiro, o eixo de exploração da burguesia afasta-se ainda mais do proletariado, pois não há a produção de riquezas no mercado especulativo. A conclusão de que a burguesia é má pois explora o proletariado pelas mais diversas técnicas, não é a virada do método dialético. Deve-se ultrapassar a perspectiva de atribuição individual de culpa, superando a ideia de liberdade individual e percebendo que a exploração ocorre por causa do sistema de relação produtiva, e não por uma opção de determinado sujeito.

³⁹ SPINTEL, Arnaldo. Op., cit., p.32

⁴⁰ ANYAR, Lola. Op., cit., p 59

Cabe dizer também⁴¹ que a crítica decorre de um esforço de esclarecimento, funcionando de modo a desvelar os padrões que subjugam e mantêm aqueles que precisam vender sua força de trabalho em posição subalterna. A criminologia crítica tem o papel de denunciar a farsa do dever-ser, comprometendo-se a negar a possibilidade de materialização de igualdade num sistema penal comprometido. A função esclarecedora do elemento burguês na criminologia, fundada numa suposta opção alva e acrítica de um delito, e sua subsequente legitimação da resposta estatal, nada mais são do que expressão de um Estado social e hierarquização de poder.

A exposição destas relações promíscuas é necessária enquanto esforço acadêmico e enquanto ação social para um mundo mais justo. Assim como postula Nietzsche:

É preciso levar o esclarecimento ao povo, para que os padres se tornem todos padres cheios de má consciência, e preciso fazer a mesma coisa com estado. Eis a grande tarefa do esclarecimento: tornar para os príncipes e estadistas todo seu procedimento uma mentira deliberada.⁴²

Paralelamente, a dialética também funciona como teoria revolucionária fundada na concepção de que a descrição da realidade a partir desta dicotomia econômica levaria a um despertar de consciência necessário para a internalização destes conceitos e, por conseguinte, uma verdadeira mudança. Assim, a nova dimensão do método, ao contrário do assepsismo positivista, estabelece que um conhecimento coerente depende de um estudo histórico constituinte que intrinsecamente busca alterar a realidade diante de padrões de dominação. As contradições esclarecedoras tornam-se objeto de estudo e também estopim de mudança através de um esclarecimento universalizado.

1.4 Labelling Approach

A criminologia crítica, a partir de obras de Becker e Baratta, inverte a ideia de desvio, classificando-o como resultado de um processo de rotulação como atribuição de determinadas características à um grupo social. Enquanto ferramenta do punitivismo este processo de rotulção é centrado num conceito moralmente abstrato de periculosidade e

⁴¹ ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. “Dialética do esclarecimento” Trad: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 19.

⁴² ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max.. Op., cit., p. 48

fuciona como abordagem específica utilizada na criminalização das minorias, agindo como instrumento de dominação e sob o pressuposto de pacificação do sistema penal. No caso dos menores, a categorização mitológica de perigo é incansável, constrói-se e é construída pelo discurso parlamentar apoiado numa moralidade generalizadora homogênea, como se demonstrarânos capítulos seguintes.

Para Baratta, o ponto de cisão entre a criminologia tradicional e a nova sociologia criminal pode ser visto pela ótica do labelling approach na consciência crítica de que esta concepção traz consigo, em face da definição do próprio objeto de investigação criminológica e do problema gnosiológico e de sociologia do conhecimento.⁴³

As generalizações das ciências sociais, em princípio, e muitas vezes de fato, mudam quando novas observações mostram que estas estão incorretas. As generalizações do senso comum não, elas se mantem sob uma espécie de permanência moralmente pactuada assim como a ideia de “cadeia” ou prisão como resposta para o delito na legislação brasileira e opção do judiciário, tanto no caráter cautelar como definitivo. Esse tipo de senso comum, inclusive porque seus erros não são aleatórios, favorece instituições estabelecidas aumentando e legitimando seu poder.

Becker, em sua obra *Outsiders*, também entende que há a criação destes grupos desviantes através de uma perspectiva histórico-social. Assevera que há críticas infundadas nas teorias interacionistas de que a sociologia do desvio deve ser entendida na sua esfera de crítica social. Rebate o argumento de que existe uma confusão entre a explicação e o objeto, de que o desvio pressupõe ao mesmo tempo “um algo desviante a que eles reagem⁴⁴” ao entender que a ideia de desvio enfatiza a independência entre ato e reação, e que tal argumento parte de uma relutância na aceitação deste caráter contingente das regras: “A relutância origina-se de seu reconhecimento do caráter intrinsecamente situacional das regras, que existem apenas no consenso para sempre renovado de uma situação após outra, e não como incorporações específicas persistentes de um valor básico.”⁴⁵

⁴³ BARATTA, Alessandro. Op., cit., p.86

⁴⁴ BECKER, Howard. “Outsiders”. Tradução: Maria Luiza X de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 1ª edição. P 196.

⁴⁵ BECKER, Howard. Op., cit., p 190

A ideia de Labelling approach também questiona a neutralidade que é conferida a uma Lei penal com um suposto intuito de proteção. A questão é insistir que não há pureza alcançável, e que todos os vetores são objetos apropriados de estudo. O estudo da construção legislativa toca exatamente neste momento.”Se alguém é isento de estudo, isso significa que suas pretensões, teorias e afirmações de fato não estão sujeitas a escrutínio crítico.”⁴⁶

Diametralmente oposta à pretensão do positivismo, que presume-se fora do conflito, a criminologia crítica é combatente e coloca-se no meio dos conflitos sociais, entendendo que a rotulação cria categorias sociais e define objetos de criminalização. É absorvido na rotulação o pressuposto de que a exploração dos humanos por outros humanos é uma característica histórico cultural, fruto do processo de evolução mercantilista. A análise deve ser perspassada por uma perspectiva de classe, raça, gênero e educacional, no sentido de capital cultural.

1.5. A Concepção Agnóstica

Apesar de formar a opção crítica, o materialismo dialético fundado na verticalidade de oposição de forças, dada pela perspectiva marxiana, é extremamente determinista e maniqueísta, retirando do indivíduo uma grande parcela de liberdade. Assim faz-se opção pela teoria agnóstica, que matiza de maneira menos determinista as relações de poder, mas compartilha a compreensão de que a sustentação teórica dos modelos de justificação do sistema capitalista são apenas isto: teoria. Ideias como a mão invisível do mercado, apesar de empiricamente falhas permanecem sendo defendidas e residem num plano simbólico, logo exercem controle, impassíveis de concretização.

Incorporando tendências do método dialético, como a historicidade dos fatos, o ponto de vista agnóstico também é ferramenta de análise. Entendido como confluência das relações de poder inter-relacionais entre si, traz um aspecto que assiste na construção da tese fundada em proposições políticas. Ao revés do método dialético, estas relações de poder não necessariamente derivam da luta de classes e não têm um

⁴⁶ BECKER, Howard. Op., cit., p. 32.

caráter definido finalístico, os quais compõem a ideia marxiana. O método agnóstico privilegia a concepção da existência de vários vetores, alocados em diversas instâncias de poder: Igreja, Sistema penal, Mídia, cientificismo e os próprios valores do pesquisador. Apesar de fazerem parte da estrutura do capital, estas instâncias não necessariamente pressupõem a ação de um detentor de bens de produção ou do capitalista financeiro.

Basta para o método agnóstico apontar vetores que influenciam na construção de uma legislação, abdicando da pretensão de origem; ao invés de tentar traçar uma origem para os acontecimentos, opta-se por delinear vetores que a compõem. Como ensina Salo de Carvalho ⁴⁷ é necessária uma ruptura com a linearidade, entendendo que qualquer reconstrução histórica é sempre arbitrária. Isso quer dizer que a vertente genealógica permite visualizar a construção de vetores, que se hierarquizam e compõem uma moralidade legalmente positivada.

Assim, a ideia de marxista ou de criminologia crítica enquanto ciência positiva é problemática. Pois advém de um esforço de legitimação proveniente das ciências naturais que hierarquizam o saber, definindo sua validade a partir de uma ideia de completude da teoria. Como explicita Foucault:

“Quando vejo seus esforços para estabelecer que o marxismo é uma ciência, não os vejo na verdade demonstrando que o marxismo tem uma estrutura racional e que portanto suas proposições relevam de procedimentos de verificação. Vejo-os atribuindo ao discurso marxista e àqueles que o detêm efeitos de poder que o Ocidente, a partir da Idade Média, atribuiu à ciência e reservou àqueles que formulam um discurso científico.”⁴⁸

Desta maneira o esforço genealógico apresenta-se como menos comprometido, pois admite suas limitações temporais e morais. A genealogia transforma-se em denúncia do que é aceito pacificamente, postulando que as mais diversas influências podem vir a compor um ato. A perspectiva genealógica entende que há uma valoração intrínseca à academia:

“A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torna-los capazes de oposição

⁴⁷ CARVALHO, Salo de. “Política Criminal De Drogas No Brasil” Lumen Juris, 4ª edição 2007. p 9

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. “Microfísica do poder” São Paulo: Graal, 2012. P97.

e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.⁴⁹

Foucault vai delinear o papel da genealogia enquanto tática, fundada na discursividade local ativa dos sabers libertos da sujeição que emergem desta discursividade. É preciso entender a pena e a política criminal como um todo, desapegadas de qualquer fim moralmente bom. Assim, ao desvelar a origem mesquinha⁵⁰ a pena retorna ao campo da moral e da política (também enquanto dominação econômica). E, no presente estudo, retorna a vetores religiosos construídos sob argumentos punitivistas no congresso.

A perspectiva agnóstica combate a pretensão universalista da metafísica. Abre também um campo de resistência que traz a um universalismo de contraste. Uma teoria não pura que trata de vetores transversais ao revés de argumentos que se sobrepõem. É a incorporação teórica de que o crime e seu estudo só acontece na sociedade, não é fenômeno abstrato. A pretensão do ponto agnóstico é a de esquematização de um universalismo que sirva de impulso para abandonar conceitos fechados, passar de uma perspectiva estática para uma perspectiva migratória que materialize, de maneira concreta e contingencial, a dignidade da pessoa humana.⁵¹

1.5.1 Pressupostos da Teoria agnóstica conforme Salo de Carvalho

O pressuposto primeiro da teoria agnóstica, segundo Salo de Carvalho, é o caráter indissociável da pena da esfera política. As teorias justificadoras, ocupadas com a relação que parte do cometimento do delito, atribuem um fundamento jurídico a pena. A teoria agnóstica ultrapasse esse vínculo.⁵² A ideia de neutralidade presente nas teorias justificadoras caracteriza-se como exercício relacional do poder, na teoria agnóstica, cuja finalidade é obscurecer a seletividade penal e os mitos que a compõem.

⁴⁹FOUCAULT, Michel. OP.; Cit.; p96

⁵⁰ NIETZSCHE, Friedrich. “Vontade de Poder “ Tradução Marcos Sinésio e Francisco José. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011” Agora, quando a origem mesquinha desses valores torna—se clara, o todo nos parece, com isso, desvalorizado ,sem sentido(...)” P30, aforisma 7.

⁵¹ HERRERA FLORES, Joaquín.” Hacia una visión compleja de los derechos humanos. En El vuelo de Anteo.Derechos humanos y crítica de la razón liberal”. Bilbao: Desclee de Brouwer, S.A., 2000, p. 77.

⁵² CARVALHO, Salo de. “Penas e Medidas de segurança do Direito Penal Brasileiro”, 1ª edição , São Paulo: Saraiva. 2014, p. 147.

O segundo pressuposto é que o Direito Penal e as agências punitivas exercem uma função de controle social. Este controle se materializa na forma de coação. Tal coação é legitimada pelo próprio direito, que confere ao Estado, o monopólio da violência, sua gradação e opção punitiva. No entanto o Estado dentro de um sistema capitalista recebe influência de diversas companhias para administrar o uso da violência.

A positivação da Lei de segurança Nacional⁵³ pela Presidente Dilma durante os protestos da copa , nada mais é do que a subserviência estatal aos interesses de uma organização privada (no caso a FIFA e seus patrocinadores.) A deslegitimação de um protesto e de um ato através de uma sanção tem o condão de legitimar categorias do senso comum, na ditadura civil-militar eram classificados como subversivos e hoje são baderneiros ou “black blocks”.

O terceiro pressuposto admite que a pena trata-se de um fenômeno incancelável na sociedade atual, desta maneira a argumentação agnóstica prescinde do abolicionismo. Desde a perspectiva elencada é possível entender que a força do vetor igualdade, confundido com meritocracia, leva a uma perspectiva retributiva generalizada. A presente pesquisa não partilha do terceiro pressuposto da teoria agnóstica, optando por almejar a possibilidade de uma sociedade na qual as penas de prisão não existam.

Ou seja, a pena aparece como resposta necessária a partir da internalização da expectativa social de que todo sujeito pode “vencer na vida” , o que significa esquecer que sua força de trabalho é explorada; tal expectativa também tem reflexo na ideia da universalidade da realização pessoal, centrada na falácia empírica que projeta a seguinte frase: “se eu consegui, outros conseguirão também”.

O quarto pressuposto-segundo Salo de Carvalho- da teoria agnóstica, é uma amálgama dos outros três. “A sanção criminal como ato político de coação contra os

⁵³ BRASIL, Lei nº 12663 de 5 de junho de 2012. “Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013”

dissidentes”⁵⁴. A contração do poder punitivo, num esforço de retorno aos pressupostos iluministas de contenção do poder monárquico, é o fim da pena sob a ótica agnóstica.

O caráter de separação entre o Estado e a igreja, intentado pela revolução burguesa, se distancia da legislação comentada. O direito pela adaptação de técnicas inquisitórias ou pela influência evangélica enquanto “fonte” no viés legislativo termina por alargar o poder punitivo ao invés de diminuí-lo.

1.6 Postulado de Hume

Hume, como Kant, apreciava o saber matemático. Sua intenção, como a de outros diversos escolásticos de sua época, era a de trazer uma certeza matemática aos diferentes aspectos da vida. Utiliza as categorias como “verdadeiro” e “provável” na sua acepção matemática para afirmar que as relações são fundadas no binômio causa efeito⁵⁵. Hume fazia parte do iluminismo escocês, que teve figuras expoentes como Adam Smith, seu amigo próximo. Ressona na teoria de Hume a casualidade, e sempre aparece como tema central em suas próprias declarações quanto a intenção. A relação de efeito e causa levou ao seu ceticismo quanto ao empirismo

Ele narra que estes julgamentos, onde a causa é retirada do efeito, a partir da internalização da experiência, são apenas prováveis. Levando em conta o método criminológico crítico, que se utiliza da experiência empírica para moldar sua crítica concernente a legislações penais, haveria, sob o postulado de Hume um equívoco. Não por outra razão, tal opção opera uma superação destas bases, ignorando que haja necessidade de uma identidade metafísica da legislação, de que haveria uma necessidade de uma certeza matematicamente verdadeira. Essa superação transforma o olhar para o direito e passa a entendê-lo como expressão de poder, estando presente vetores morais e econômicos, sendo o discurso parlamentar parte destes.

⁵⁴ CARVALHO, Salo de. Op Citi p 150.

⁵⁵ HUME, David. “Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.” Tradução: José Oscar De Almeida Marques. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, 2003 p.55

O postulado de Hume é ponto nodal do trabalho atual . O manejo conferido a ele dentro da criminologia crítica vem da cisão com o empirismo. Denota-se que as escolas positivas superaram a metafísica na dimensão natural para substituí-la por um conjunto de verdades tao distantes quanto a própria metafísica, sejam elas centradas na legislação ou vontade do legislador. Tanto na legitimação, advinda do texto positivo, quanto em uma opção teórica de escalonação de normas-que retiram validade de um pressuposto assemelhado a uma ideia universalizável- a concepção positiva confere uma validade intrínseca à própria legislação, a qual a teoria crítica abdica.

O ponto de encontro, ou melhor, de desencontro, entre a filosofia kantiana(e também autores positivistas) e a perspectiva criminológica crítica com características agnósticas, origina-se do entendimento de como lidar com o postulado de Hume⁵⁶ . Integra-se também a cisão com a metafísica operada pelo método dialético. Enquanto a criminologia crítica e a teoria agnóstica estão fundadas no realismo e numa ideia de relacional e poder, o argumento kantiano é idealista, fundado pela a síntese do empirismo e racionalismo⁵⁷, culminando em seu idealismo transcendental⁵⁸ e que respeita o postulado de Hume, ou que respeita que dados empíricos não podem construir verdades.

O ceticismo de Hume aparece na dúvida que a certeza do racionalismo e empirismo traziam, de que os fenômenos (o acontecimento sensível das coisas) pudessem trazer esse universo para além: a dimensão metafísica. As técnicas de indução não possuem essa universalidade, culminando na conclusão huminiana de que não se pode retirar o efeito necessário da causa. Este é o chamado problema da indução.

“ (...) uma bola de bilhar iria comunicar movimento a uma outra por meio do impulso e que não precisaríamos ter aguardado o resultado para nos pronunciarmos com com certeza acerca ele. Tal influência do hábito quando ele é mais forte, não apenas encobre nossa ignorância mas chega a ocultar a

⁵⁶ CARVALHO, Salo de. Op Citi p 48. PATON, HJ. “Kants Metaphysic Of Experience”. Vol I p 43. Disponível em: <<https://archive.org/details/kantsmetaphysico033328mbp>> Acesso em 07/09/2018.

⁵⁷ PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. “História da filosofia”. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

⁵⁸ ALLISON, Henry. “Kant's Transcendental Idealism Revised and Enlarged Edition”. Yale University, 2004.. Prefácio, XV.

si próprio e parece não estar presente simplesmente por que este no mais alto grau.⁵⁹

Em Hume o efeito que certa ação traz distingui-se de sua causa. Desta maneira, para o autor, não se pode retirar o efeito da causa, pois sua primeira concepção apriorística é necessariamente arbitrária. E, mesmo que seja indicada uma correlação entre ambos, a correlação, para ele, permanece sendo arbitrária pois há sempre muitos outros efeitos que para a razão surgem de maneira tão lógica quanto o primeiro.

1.6.1 Superação do Postulado de Hume

Na Criminologia Crítica é superado o postulado de Hume. No prisma elencado pelo ceticismo de Hume há um teor positivista no tocante à emulação dos pressupostos de verdade característicos na linha de pensamento das ciências naturais. Isto se mostra quanto à certeza de afirmações e processos da vida: “Se formos levados a depositar confiança na experiência passada e torná-la como modelo de nossos julgamentos futuros, esses argumentos terão de ser apenas prováveis(...)”⁶⁰

A criminologia crítica aceita esta probabilidade. A separação entre os saberes, imposta pela perspectiva metafísica, é superada pelo materialismo e a cogente historicidade da dialética. A admissão da verdade enquanto correspondência à realidade, e a importância de processos histórico- sociais para a construção de uma sociedade mais justa, trazem a necessidade de retirar da experiência os ditames próprios para o Direito Penal, abdicando de pretensões metafísicas.

A impossibilidade de interseção entre os saberes também é derivada da Lei de Hume. Segundo este pressuposto, sob a ideia do problema da indução, não seria possível alcançar verdades necessárias desde elementos descritivos. De modo contrário a criminologia crítica permitiu que o saber empírico tivesse a influência de construção e de modificação do saber dogmático. Neste sentido, a fuga do dever-ser conduz a um saber mais completo e integrado na sociedade. O estudo distante, como numa bolha, das

⁵⁹ HUME, David. Op; Cit; p.57

⁶⁰ HUME, David. Op; Cit; p p.64

categorias jurídicas, serve a um interesse específico de dominação, e acaba por não operar mudança alguma, mantendo o status quo.

Segundo Salo de Carvalho⁶¹ o abandono da posição leva a uma aproximação do direito como ele se dá, e assim uma aproximação das pessoas cuja sanção penal incide de maneira seletiva. O que adianta saber a altura do prédio quando se está caindo? Por que matizar princípios distintos da realidade, quando sua aplicação prática é inexistente? O próprio Hume admite que qualquer estudo sem a experiência não teria validade.⁶²

A garantia dos Direitos Humanos transparece como motivação muito mais importante do que a incorporação de uma metodologia jurídica na esfera do Dever-ser ou mesmo por um sistema declaradamente completo cujas antinomias ocorrem em frequência diminuta. A evidenciação da seletividade nas medidas socioeducativas, a qual será demonstrada, permite identificar a parcela marginalizada da população categorizada numa situação moralmente inválida pelo Estado. Baratta neste sentido:

A sociologia jurídico penal, estudará, pois em primeiro lugar, as ações e os comportamentos normativos que consistem na formação e na aplicação de um sistema penal dado; em segundo lugar estudará os efeitos do sistema penal entendido como aspecto institucional da reação ao comportamento desviante e do correspondente controle social. A terceira categoria de ações e p comportamento são abrangidos pela sociologia jurídico penal compreenderá ao contrario (a) as reação não institucionais ao comportamento desviante, entendidas como um aspecto integrante do controle social do desvio, em concorrência com as reações institucionais estudadas nos dois primeiros aspectos e (b) nível de abstração mais elevado as conexão entre um sistema penal dado e corresponde estrutura econômico social⁶³

Quanto ao primeiro ponto, a monografia *in tela* está focada na construção legislativa da PEC 171 de 93. O estudo da construção legislativa e a utilização de técnicas histórico normativas permitem entender, sob a perspectiva genealógica, quais os vetores que influenciam na construção da normatividade. Aliado também a terceira categoria de ações, que determinam um projeto de manutenção de poder e posituação

⁶¹ CARVALHO, Salo de. Op Cit 157

⁶² HUME, David. Op; Cit; p p59.

⁶³ BARATTA, Alessandro. Op.,; Cit.,; p 23.

de uma moral correspondente a um grupo, no caso da PEC, destaca-se a influência da bancada evangélica.

A comparação destes discursos e da legislação aos seus efeitos empíricos constitui o segundo ponto, enquanto efeito do sistema penal e sua resposta concernente ao comportamento considerado desviante, e mais especificamente a idade legal cuja responsabilidade penal passa a incidir.

Desta maneira, sob uma perspectiva agnóstica matizada pelo que já foi dito, que a legislação deve ter bases empíricas, e com constante renovação da proteção aos Direitos Humanos fora da esfera penal. Entendendo que a liberdade não é um bem intrínseco ao homem, ela é bem cultural, conquistada por realizações concretas e não ideais.

A superação da metafísica se dá por uma superação da concepção estática de direito e incorporação concreta dos Direitos Humanos. Os direitos humanos não são categorias normativas que existem num mundo ideal, devemos trazê-los para a concretude, propondo uma superação de verdades subjacentes por um realismo.

Postula-se que a concepção metafísica fomentou excessos normativos, cujo resultado histórico foi a manutenção destes pressupostos em categorias ideais, logo pela sua não efetivação, e no aspecto do senso comum encontram-se afastados da coletividade, entendendo que estes só são aplicados à “bandidos”. O que temos é um processo de objetificação do sujeito criminalizado através de valores morais, desde as práticas penais colonizadoras da América Latina, forjadas pela escola positivista criminológica.⁶⁴ A superação da metafísica reduz o acusado à mero meio de conquista da verdade, e assim há um horizonte de valores morais positivados.

⁶⁴ CARVALHO, Salo de. “Antimanual de criminologia” São Paulo: Saraiva. 6ª edição 2016, São Paulo.p 219

II - ASPECTOS GERAIS DO KANTISMO

1.1. Quem foi Kant?

Kant nasceu no Estado da Prússia em 1724, cujo rei contemporâneo de Kant era Frederico II. Em 1757 o Rei Frederico II fez parte da terceira guerra Silesiana, catalisando o início da guerra dos 5 anos. Com a morte da imperatriz russa em 1762, a ascensão de Pedro II ajudou à causa prussiana na Rússia, aliado a isto a derrota do exército austríaco na batalha de Bnurkhendorf solidificou a Prússia como potência européia. Em 1795, diversos territórios do leste foram anexados e o reino da Polônia acaba se incorporando ao grande Estado da Prússia, era um período cujas fronteiras geográficas, como Kant, também seguiam uma pretensão universalista.

A família de Kant era pietista (similar aos quakers americanos, adotantes do novo catolicismo pós reforma luterana.) O seu pai, Johann Georg, era um mestre artesão: fazia arreios. Kant teve influência de valores morais na infância, mas nunca identificou-se com a rigidez dogmática da igreja. Não é absurdo supor que mais velho preocupou-se em racionalizar padrões morais de bondade e caráter, que havia recebido de seus pais. Neste diapasão, mantendo a análise histórica, o autor foi influenciado por pensadores do iluminismo. Esta corrente reformista de pensamento burguês passa aceitar o questionamento de dogmas antes proibidos pela igreja e o sistema feudal. Não é por outra razão que Kant classifica sua filosofia enquanto “crítica”. A elevação da razão humana passa a ser objetivo dos pensadores da época que preocupam-se, como Kant, em criar sistemas de análise do conhecimento.

Kant terminou o colégio e se matriculou na universidade de Koenisberg, (hoje Kalingrado) com apenas 16 anos, em 1740. O estudo da teologia era ainda muito presente na faculdade, de influência pietista, e mesmo que ele não tivesse interesse específico na religião, tinha interesse no conhecimento. Após garabaritar uma prova de teologia, seu professor questiona-o sobre o porque de estar ali, como descreve

Heislberg.” Porque está estudando teologia? Perguntou o professor. “ Por sede de conhecimento” respondeu Kant.⁶⁵

Não é o papel do presente trabalho, por seu teor introdutório, citar todas as influências de Kant. No entanto, cabe destacar o papel de Descartes enquanto marco introdutório. A divisão entre as ciências naturais e humanas ainda não havia ocorrido no início do Sec XVIII, e a busca de soluções exatas para explicação do mundo humano impulsionava a busca do conhecimento. A multiplicidade do ser tinha de ser abarcada num plano totalizador, e a experiência do real deveria ser explicável por conceitos determinados.

Outro mentor de Kant foi o matemático Gottfried Leibniz. Este catedrático, cf. Sabbadel, trabalhava com o Direito como produto eterno da razão divina.⁶⁶ O matemático entendia que a verdade se relaciona com a maneira racionalista, passível de alcance pois o predicado- o que define algo- é contido no sujeito. Uma afirmação necessariamente verdadeira para ele pode ser: “azul é uma cor”. Ela é verdadeira pois o azul está contido na cor ou vice-versa. Já na frase: ” José está doente” a relação sensível é desnecessária, pois a afirmação é verdadeira no sentido de que alguém tem o conceito de José e esse conceito engloba ficar doente.

Em Gotfried é possível identificar vetores que influenciaram o método kantiano, especialmente no tocante à explanação de conceitos. Há distinção do conceito de verdade nas questões pragmáticas metodológicas. Ou seja, a verdade em si era diferente de sua busca ou de sua funcionalidade. Assim como Kant, tenta compatibilizar a experiência empírica com a racional, é possível verificar um sistema lógico de verdades, que englobava o ser empírico na filosofia de Gotfried.

Como Kant, Gotfried não tinha medo de ver suas teses contestadas, propunha suas teses e as reformulava na medida em que trabalhos apontavam as críticas pertinentes. Kant, em suas formulações, evocava a ideia de necessidade de posições contrárias para a evolução da teoria. Tal opção crítica de abertura é característica marcante do

⁶⁵KUEHN, Manfred.”Kant, A biography.”Cambridge University Press, 2001. Disponível em: < <https://rosswolfe.files.wordpress.com/2015/02/manfred-kuehn-kant-a-biography-2002.pdf> > p 78.

⁶⁶ SABBADDEL, Ana. Op.; Cit.; p 24.

casamento entre a gnoseologia e a metafísica. Antes dos pensadores iluministas, a explanação de “verdade” do mundo assumia um caráter sacro e era inquestionável. No entanto, com a evolução da teoria do conhecimento, passa a ser possível questionar-se sobre o fundamento último do humano, que para Kant era o racionalismo.

2.2. Idealismo Transcendental e Revolução Copernicana (ou: como Kant lida com Postulado de Hume)

Kant realiza nas suas obras uma divisão da história da filosofia até seu tempo, e destaca 3 fases: a Dogmática, o Ceticismo e a Crítica. A Dogmática- fundada no modelo Wolffiano - é a primeira corrente trabalhada e logo superada por sua inelasticidade. Tal concepção ou linha de pensamento filosófico se apresenta como verdade, e não pode ser objeto de dúvida: tais pressupostos são rejeitados pela razão. Assim, influenciado por diversos campos e acadêmicos (como Gottfried), Kant vai se dirigir ao questionamento filosófico mais pertinente de sua época: a problemática levantada por Hume, consubstanciada pela falácia do empirismo.

Por fim, como superação do ceticismo, o filósofo propõe o seu modelo de integração entre o empirismo e o racionalismo⁶⁷, feito a partir de sua ideia transcendental idealista, a qual ele denomina Crítica. Na sua obra: “Crítica da Razão Pura” há um esforço de conciliação e separação. Separação entre o fenômeno e a metafísica, e junção entre os pontos de vista empirista e racionalista. A teoria pura, em seu âmago, busca os limites de todo conhecimento puro, a priori, independente de qualquer experiência. A razão, para Kant, é passível de conhecimento apriori: ⁶⁸ “até onde posso esperar alcançar com a razão se me for retirada toda a matéria e todo concurso da experiência?” O que podemos saber com absoluta certeza e sem qualificação alguma? Como é a mente humana no seu Estado mais puro e que princípios a regem?

Kant era também matemático, e a linearidade e certeza necessária desta linguagem alicerçavam suas proposições. A matemática inventa conceitos, afinal “2+2” é apenas

⁶⁷ PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. História da filosofia. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

⁶⁸ KANT, I. Crítica da Razão Pura. Trad: Manuela de Jesus e Alexandre Fradique. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 5ª edição: prefácio.

uma construção. Não existe a construção perfeita “2” e outra construção perfeita “2” na realidade, Kant também via isso e atribuía uma explicação racional à estas verdades. Kant distingue os fenômenos entre aqueles que podem ser absorvidos pelos sentidos (*phenomena*) e aqueles que possuem uma dimensão metafísica, coisas em si mesmas, ou *Noumena*.

Enquanto humanos estamos numa bolha, podemos ver que essa operação(2+2) acontece fora da bolha, mas nunca poderemos alcançá-la: existe uma cisão aparente entre dentro e fora da bolha, e o papel da metafísica é buscar sair da bolha sem estourá-la. Ou seja, sem sair dos parâmetros racionais estabelecidos no método de investigação. A cisão dualista no entendimento dos mundos, a partir do fluxo de fora pra dentro, nada mais é do que tentativa de obtenção de domínio sobre o real. Ela se dá em termos kantianos entre o *noumena* e o *phenomena* advindos da confluência em estudos no empirismo e racionalismo. *Noumena* (fora da bolha) e *phenomena* o que podemos alcançar⁶⁹(nossa visão dentro da bolha).

Denota-se que há uma correlação entre ambos os mundos e que sob o aspecto elencado em Hj Alisson não há cisão entre esses dois mundos, assim se dá o idealismo transcendental, propondo um entendimento do kantismo a partir de uma visão epistemológica: “ O que deve ser enfatizado no presente, é simplesmente que, assumindo que a análise é correta, temos a base para um entendimento do idealismo transcendental que é enraizado na epistemologia kantiana ao invés de uma metafísica pré-crítica, e por isso é uma opção muito mais interessante do que os críticos pretendem demonstrar.”⁷⁰

⁶⁹ PIERO, Laurence. “Entendendo Nietzsche” Tradução: Carlos Duarte e Ana Duarte. São Paulo: Leya, 2014. p 31: “Kant resume a tradição do pensamento desde platão, que busca o conhecimento das verdades finais para além dos limites de nossa experiência diária: uma realidade atemporal subjacente. Essa concepção de verdade deseja transcender os fatos particulares de qualquer cultura ou indivíduo e até mesmo da própria história, Kant descreve esse domínio da verdade atemporal como *noumena* ou coisas em si, opondo-se aos *phenomena* ou coisas como aparentam ser”

⁷⁰ ALLISON, Henry. Op.; Cit.; p. 16: Tradução livre “What must be emphasized at present is simply that, assuming the correctness of the preceding analysis, we have the basis for an understanding of transcendental idealism that is rooted in Kantian epistemology rather than a pre-critical metaphysics, and that is for this reason far more philosophically attractive than the dismissive criticisms of it lead one to believe.”

Na opinião de HJ Allison, devemos incorporar esta nova noção de *noumena* e *phenomena* no entendimento do kantismo. A evolução no entendimento do idealismo transcendental passa de uma concepção dual de separação entre os dois mundos para uma ideia de correlação, e assim o argumento transcendental pode ser visualizado: a partir da relação entre a *noumena* e *phenomena*. A pretensão kantiana não é a afirmação de uma possibilidade racional de se chegar às coisas em si mesmas(*noumena*), de se chegar às qualidades primárias de um objeto, mas sim a conclusão epistemológica de que essas qualidades existem, e que não estão no objeto, como na abordagem de Hume, mas no próprio sujeito.

Essa tese pressupõe que a sensibilidade, ou o mundo sensível, deve ter algumas formas a priori (excluídas as dimensões metafísicas de espaço e tempo). Ao considerar as coisas como elas aparentam(*phenomena*) a partir do discurso e a partir dos nossos próprios sentidos seria possível verificar a presença das coisas em si, que compõem esta relação.

Há uma caracterização feita por HJ Allison de modo a iluminar o caminho que foi feito para estabelecer uma visão completa do idealismo transcendental. Primeiro, confronta o idealismo com realismo transcendental, asseverando que os conceitos divergem no aspecto de que as coisas devem ser entendidas como mera representação das coisas em si mesmas, assim como na observação de conceitos como tempo e espaço. O idealismo verifica que o tempo e o espaço são formas sensíveis da nossa intuição, enquanto o realismo entende que são determinações em si mesmas ou condições de objetos em si mesmas.⁷¹

(...)que o espaço e o tempo são apenas formas da intuição sensível, isto é, somente condições da existência das coisas como fenômenos e que, além disso, não possuímos conceitos do entendimento e, portanto, tão-pouco elementos para o conhecimento das coisas(..)⁷²

⁷¹ _ALLISON, Henry. Op.; Cit.; p 21. Tradução livre: “ I understand by the transcendental idealism of all appearances the doctrine that they are all together to be regarded as mere representations and not as things in themselves, and accordingly that time and space are only sensible forms of our intuition, but not determinations given for themselves or conditions of objects as things in themselves. To this idealism is opposed transcendental realism, which regards space and time as something given in themselves (independent of our sensibility)”.

⁷² KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Trad: Manuela de Jesus e Alexandre Fradique. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 5ª edição P 51 B XXVI

2.3 A Revolução Copernicana

“Consequentemente, A revolução copernicana de Kant deve ser vista não apenas como uma mudança de paradigma de um ponto de vista teocêntrico para um modelo antropocêntrico, mas o mesmo tempo(por esta mesma razão) uma mudança da noção intuitiva para uma noção discursiva da cognição, logo uma mudança no que consideramos o conhecimento”⁷³ “

A busca por uma pureza das ciências é um marco presente no diálogo kantiano. A metafísica, enquanto ciência per-se, colocada em seu próprio campo, faz parte de um esforço kantiano que se deu através da chamada inversão copernicana. Para solucionar o problema de Hume, Kant recorre à chamada inversão copernicana.

Ao invés de manter a metafísica no objeto (de que o caráter eternizável do conhecimento permaneceria no objeto), como ela aparecia em Hume, ele a transfere para o sujeito. Kant quer solidificar as bases da metafísica, antes alicerçadas em areia movediça e num misticismo. Para Kant, a metafísica perspassa por uma ideia de eternização auto referencial. Como a matemática, a criação de conceitos que transparecem enquanto verdade constante de maneira apriorística seria uma construção adequada, alicerçada sob concreto teórico, segundo Kant.

Copérnico evidenciou a falácia geocentrista, denunciando a centralidade que mantinha o ponto de vista do humano frente ao espaço de conhecimento. Kant faz o mesmo ao admitir a metáfora dos óculos: de que vemos o mundo por um ponto de vista, mas não podemos nós mesmos nos afastar deste próprio ponto, apesar de ser possível ter um entendimento para além, com a concepção idealista transcendental. No kantismo há conceitos apriorísticos para além da experiência que fazem parte do sujeito, e desta maneira “fazendo(sic) mover os astros”.⁷⁴

⁷³ ALLISON, Henry. Op.; Cit.; p. Prefácio XVI. Tradução Livre:” Consequently, Kant's so-called Copernican revolution is to be viewed not only as a "paradigm shift" from a theocentric to an anthropocentric model but at the same time (indeed, for that very reason) also as a shift from an intuitive to a discursive conception of cognition and, therefore, a shift in our understanding of what counts as knowing.”

⁷⁴ KANT, Imanuel. Op.; Cit.; prefácio. Trata-se de uma referência à um texto kantiano, aonde ele denuncia que os próprios humanos participavam da perspectiva geocêntrica

Em Kant ocorre um episódio central para a teoria do conhecimento. Enquanto matemático e astrônomo buscava por uma “pureza” das ciências exatas como caminho a ser trilhado, culminando na explanação de um determinado método. A separação entre a ontologia e a metafísica, atrelada ao ceticismo de Hume, é a base para o entendimento do idealismo transcendental. Abandona-se a pretensão de chegar nas coisas em si pela ontologia (pelo mundo fenomênico). Assim, “a coisa das coisas” ou a cadeirice da cadeira, o que torna algo distinguível, passa do objeto para o sujeito. Esta é a chamada inversão copernicana.

Em Kant, trabalha-se com a ideia da experiência da coisa, e não da coisa em si. O que é conhecido a priori nas coisas é posto por nós mesmos. Há uma tentativa de entender como se guia a intuição frente ao entendimento de determinado objeto, e não uma correlação direta, como propõe a crítica. No kantismo ocorre um esforço de validação auto referencial, ao objetificar a condição da observação por se através da metáfora do óculos, levando a uma circularidade hermenêutica. A solução idealista para este dilema é dada na admissão da possibilidade de distorção de determinado “ponto de vista”, e aceitação de que tal conclusão é, de fato, compatível com o conhecimento dos objetos.

Conclui-se, no entanto, que a aceitação de um projeto metafísico é incompatível com o projeto ontológico, pela inalcançabilidade das coisas em si através da experiência. Kant tece tal afirmação em meio à legitimação sistemática da matemática, física e lógica como saberes cujos alicerces deveriam ser invejados:

devia pensar que o exemplo da matemática e da física que, por efeito de uma revolução subida, se converteram no que hoje são. (...) Meditar na importância da alteração do método e tentar imita-las tanto quanto o permite a sua analogia, como conhecimentos racionais, com a metafísica.⁷⁵

A explicação dos objetos celestes não mais abdicaria do sujeito, mas estaria contida nele, sob uma roupagem apriorística, que precede o próprio sujeito. A abordagem kantiana metafísica concerne ao método, entendendo que em um primeiro momento não se pode atribuir aos objetos “coloração alaranjada” se está se utilizando

⁷⁵ KANT, Imanuel. Op.; Cit.; Prefácio

um óculos azul, ou seja: “ No conhecimento a priori nada pode ser atribuído aos objetos que o sujeito pensante não extrairia de si próprio.”⁷⁶

Porém, ao mesmo tempo, fora da dimensão ontológica, a razão se constituiria completamente autônoma na própria determinação do seu conceito. Como Copérnico, Kant verificou a problemática inerente dos sentidos e buscou, através de uma concepção apriorística, evidenciar a todo momento o método não ontológico para desenvolver sua metafísica.

Até hoje admitia-se que o nosso conhecimento se devia regular por objetos porém todas as tentativas de descobrir a priori, mediante conceitos, algo que ampliasse no conhecimento, malogravam-se com este pressuposto. Tentemos pois uma vez experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica admitindo qu os objetos deveriam regular pelo nosso conhecimento.

A inversão kantiana se dá na evidenciação de que os conceitos que se regulam pelo objeto admitem o empirismo na sua concepção, impossibilitando seu conhecimento a priori. Assim, ele retira a metafísica dos objetos, ou seja, entende que a explicação necessária e universalizadora não mais encontra-se no objeto, mas no próprio sujeito, na própria razão. Por exemplo: não é uma característica de uma cadeira ser vermelha, mas pela observação posso ver que é vermelha. Já a experiência do saber, a forma que se dá o processo de conhecimento, essa sim, regula-se por conceitos passíveis de universalização.

Esta inversão também apoia-se na ideia dos pressupostos das ciências exatas (física matemática e lógica) na tentativa de se chegar a uma verdade cientificamente válida em relação ao mundo, legitimada por conceitos apriorísticos conjugados com a experiência. É admitida a experimentação para a comprovação apenas dos princípios sustentadores deste método, mas não do objeto (coisa em si). Assim, os conceitos a priori podem ser entendidos por dois prismas: objetos que são apenas pensados, “pela simples determinação deste e do seu conceito”⁷⁷, assim como categorias matemáticas cuja representação no mundo é inconcebível, e sob uma ideia voltada para experiência, para a realização.

⁷⁶ KANT, Imanuel. Op.; Cit.; Prefácio

⁷⁷ KANT, Imanuel. Op.; Cit.; Prefácio

A separação destes dois campos leva à uma concepção única. Deve então a experiência (assim como defende Hume) decidir quanto a validade desta distinção. No tocante a intuição há uma inversão no objeto ao qual ela concerne. Em Kant, a intuição não se guia pela ontologia dos objetos, mas sim o objeto que é entendido enquanto próprio entendimento, enquanto faculdade ou possibilidade de entendê-lo em um plano abstrato.

Assim as leis centrais do movimento dos corpos celestes trouxeram uma certeza total ao que copérnico de início admitiu como hipóteses e demonstraram simultaneamente a força invisível que liga a frivola do mundo (a atração de newton, que para sempre ficaria ignorada se copérnico não tivesse ousado, de uma maneira contrária ao testemunho dos sentidos e contudo verdadeira, procurar a explicação dos movimentos observados não no movimentos celestes, mas no seu espectador.⁷⁸

Kant entra num embate com a ideia metafísica tradicional de que argumentos sintéticos, a priori, não se relacionam com a experiência, entendendo também que é impossível conhecer algo sobre o mundo independente de experiência. Porém, não segue a rota dos empiristas, mas entende que todo conhecimento tem um caráter apriorístico. Inverte o pensamento de Hume, conferindo uma centralidade ao pensamento do indivíduo.

2.4. Imperativo categórico e Retributivismo

“Pois a pura representação do dever e em geral da lei moral, que não anda misturada com nenhum acrescento de estímulos empíricos, tem sobre o coração humano, por intermédio exclusivo da razão (que só então se dá conta de que por si mesma também pode ser prática), uma influência muito mais poderosa do que todos os outros móveis que se possam ir buscar ao campo empírico (*),⁷⁹

O imperativo categórico e o retributivismo são conceitos chave para a classificação posterior feita no presente trabalho. A etimologia da palavra categoria é grega. As formas adjetivas da palavra em grego, categóros, podem significar “aquilo que revela” ou “aquilo que é contrário a uma acusação”; a forma verbal do termo tem o

⁷⁸ KANT, Immanuel. Op., Cit., Prefácio

⁷⁹ Kant entende também: “(*) Pode-se, querendo, (assim como se distingue a matemática pura da aplicada, a lógica pura da aplicada) distinguir igualmente a pura filosofia dos costumes (Metafísica) da moral aplicada (à natureza humana). Esta terminologia lembra-nos imediatamente também que os princípios morais se não fundam nas particularidades da natureza humana, mas que têm de existir por si mesmos a priori, porém que deles se podem derivar regras práticas para a natureza humana como para qualquer natureza racional. (Nota de Kant.) “ KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes, Trad: Paulo Quintela. Editora 70 textos filosóficos. 2007, Lisboa.

significado de “eu mostro” ou de afirmação.⁸⁰ A acepção do termo, e a utilização deste por Kant, refletem também o esforço iluminista de legitimação burguesa. O iluminismo, processo histórico no qual Kant estava inserido, buscava também respostas racionais para os dogmas da igreja, antes aceitos sem questionamento.

Sob a perspectiva epistemológica, o imperativo é a afirmação de um ponto de vista da teoria do conhecimento universalmente válido. O imperativo, na sua forma categórica, é método de análise de validade universal de uma proposição. É afirmação de que uma ação pode ser validada a partir de parâmetros morais e sua subsequente possibilidade de universalização.

Os dois objetivos centrais da Fundamentação da Metafísica dos Costumes são a busca, no aspecto epistemológico, e fixação sob a ideia prática, do princípio supremo da moralidade⁸¹. O imperativo categórico no presente estudo é utilizado como ferramenta de classificação do discurso parlamentar. Trata-se de uma categoria de discurso que possui auto validação e que trabalha com ideais morais cuja possibilidade de verificação empírica é deixada de lado.

O imperativo categórico ajuda a entender os discursos parlamentares pois eles funcionam como justificativas morais validadas em si mesmas, e que, evidentemente, seguem uma bússola moralmente específica. As ideias cristãs de bem e mal encontram-se presentes no imaginário da votação da redução.

Para Paton, o imperativo categórico é uma formulação do senso de dever, colocando o princípio de maneira negativa: “ eu nunca tentarei agir exceto de tal maneira que a máxima da minha ação possa ser universalizada.”⁸² A formulação do imperativo categórico é consubstanciada por cinco fórmulas, segundo⁸³ o referido autor, mas no presente trabalho utiliza-se apenas a Fórmula I e a Formula III :

⁸⁰ Tyminiecka , Anna Theresa. “Analecta husserliana: The Yearbook of Phenomenological Research”. Kluwer, 1970. P.137

⁸¹ KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes, Trad: Paulo Quintela. Lisboa: 70 textos filosóficos. 2007, p. 19, BA XV

⁸² PATON, H.J. Op.; Cit.; . p73

⁸³ PATON, H.J. Op.; Cit.;129

Formula I : "aja apenas sob a máxima de que suas ações possam tornar-se lei universais" Formula II aja como a universalização das suas ações possa tornar-se uma lei universal da natureza" Formula III: aja utilizando a humanidade, em si mesmo e nos outros, como um fim e não como meio" Formula IV: aja de maneira que sua vontade possa ser vista ao mesmo tempo fazendo uma lei universal por sua máxima." Fórmula IV: Aja sempre através de suas máximas enquanto criador de lei e enquanto membro de um reino universal de fins."

De um lado tem-se que o texto original da Lei é repleto de passagens bíblicas e valores morais maniqueístas, fundados numa ideia universalizadora metafísica, por outro, tem um teor retributivista e é reforçado pela desigualdade econômica. Há um deslocamento dos problemas econômicos para a legitimação de vetores morais. Na dimensão concreta, a partir da crítica criminológica, é possível identificar um dos vetores responsáveis pelo aumento do punitivismo: a bancada evangélica. E nos discursos proferidos no dia de votação é possível perceber que fundam-se em imperativos, aí a importância de delimitação do conceito.

As intenções dos sujeitos no parlamento adquirem uma roupagem de neutralidade através de discursos fundados num bem comum e assim passíveis de qualquer universalização. Há uma tentativa, no discurso parlamentar, de aceitação global de nortes morais a partir da interiorização coletiva do discurso. Nisso consiste a apresentação da imagem categórica dessas justificativas, enquanto recurso interno legitimador de um discurso e enquanto ferramenta de análise dessas proposições.

Então, ao clamar pela punição, enquanto imperativo categórico, perfaz-se um predicado fincado na punição como algo bom per-se. A punição que constitui-se enquanto vingança institucionalizada, enquanto retribuição, é algo justo na ótica Kantiana: "Que medida corresponde o princípio da justiça pública? Nada além da igualdade entendida sob o aspecto da Lei de talionis." ⁸⁴

O caráter de talião preconizado por Kant é intrínseco à sua visão do Direito de punir. Do mesmo modo, se dá como formulação apriorística, e tem de se justificar ao incorporar princípios morais na não aplicação de tratamento igualitário (no sentido

⁸⁴ KANT, I. "Metafísica dos Costumes". Trad: Edson Bini. Editora: edipro. 1ª edição 2003, Bauru São Paulo. P. 178

retributivo) aos crimes de estupro, bestialidade e “pederastia”⁸⁵. A Retribuição “na mesma moeda” para esses crimes iria contra a moral preconizada pelo próprio autor e, por extensão, a igreja.

Logo é verossímil afirmar que seu princípio universalizador também possuiria exceções, indicando a fragilidade de uma proposição moral para guiar o Direito Penal. No congresso também é avivada esta ideia de retribuição, no sentido meritocrático e em contraposição a uma conduta não desviante sob o ideário de que: “O cidadão de bem não comete crimes. O criminoso comete crimes, logo devemos puni-lo.”

A punição é auto justificável enquanto imperativo categórico, pois contem um pressuposto de reparação proporcional do ato, fato que no idealismo é intrínseco a consciência e logo passível de ser entendido e universalizado pelo intelecto humano. “A lei da punição é um imperativo categórico.”⁸⁶O autor HJ paton, na definição de conceito de imperativo, lembra que para Kant há uma distinção entre uma Lei moral e um imperativo. A lei moral transparece para o sujeito como imperativo ou comando sob o plano fenomenológico. A lei moral possui uma espécie de pureza, enquanto o imperativo é a materialização racional, a priori, deste plano⁸⁷.

Um homem moralmente bom, nesta visão, segue ou age conforme uma lei moral não pelos resultados que dela podem advir, mas sim pelo seu fundo principiológico. O sujeito que age conforme a lei pois a entende como boa, e como um imperativo racional seria considerado bom. Ao contrário, o sujeito que deixa de realizar uma ação por conta dos efeitos que podem advir de sua prática não seria considerado bom. Nota-se que a ação que possui este fundo principiológico é distinta da omissão na prática de conduta ilegal por conta da coação psicológica .(prevenção geral negativa).

Seguindo a tradição matemática, Kant opta, na introdução da metafísica dos costumes,⁸⁸ por delimitar o conceito de imperativo categórico:”é uma afirmação cuja

⁸⁵ KANT, Immanuel Op.; Cit. p.206

⁸⁶ KANT, Immanuel Op.; Cit. P 174

⁸⁷ PATON, H.J. Op.; Cit.; 70.

⁸⁸ KANT, Immanuel Op.; Cit. prefácio.

objetividade é necessária”. A necessidade não se relaciona com o fim que ela pretende solucionar mas com a própria forma da ação.

“A representação de um princípio objectivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se um mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se Imperativo (2). Todos os imperativos se exprimem pelo verbo dever (sollen), e mostram assim a relação de uma lei objectiva da razão para uma vontade que segundo a sua constituição subjectiva não é por ela necessariamente determinada (uma obrigação). Eles dizem que seria bom praticar ou deixar de praticar qualquer coisa, mas // dizem-no a uma vontade que nem sempre faz qualquer coisa só porque lhe é representado que seria bom fazê-la. Praticamente bom é porém aquilo que determina a vontade por meio de representações da razão, por conseguinte não por causas subjectivas, mas objectivamente, quer dizer por princípios que são válidos para todo o ser racional como tal.”⁸⁹

A razão, enquanto dimensão pura, contém os imperativos, que por sua vez impõe um dever de agir necessariamente bom e objetivo, a partir destes princípios de validação universal. Imperativos são mandamus bons em si mesmos e passíveis de serem demonstrados por uma lógica matemática. Há uma tentativa de explicar um conceito universalizador. No caso de a ação ser apenas boa como meio para qualquer outra coisa, o imperativo é hipotético; se a ação é representada como boa em si, por conseguinte como necessária numa vontade em si, conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é categórico:“(1). O imperativo categórico, que declara a acção como objectivamente necessária por si, independentemente de qualquer intenção, quer dizer sem qualquer outra finalidade, vale como princípio apodíctico (prático).”⁹⁰

Quanto aos imperativos hipotéticos, entende-se que a classificação do discurso parlamentar também pode adequar-se a estes preceitos. Na lógica do discurso do congresso temos que:” O cidadão de bem não comete crimes. O criminoso comete crimes, logo devemos puni-lo para proteger a sociedade” e “Devemos educar para não punir”. A punição transforma-se em meio de proteção para a sociedade e a educação transforma-se em meio impeditivo da punição.

Neste caso observa-se o imperativo hipotético, no entanto o que se pretende avivar é que ocorre frequentemente a utilização da punição como justa em si mesma, de

⁸⁹KANT, Immanuel Op.; Cit p. 48-49, BA 37-39.

⁹⁰_____. Fundamentação da metafísica dos costumes”, Trad: Paulo Quintela. Lisboa: 70 textos filosóficos. 2007. P 56

que no discurso parlamentar os conceitos como punição e educação trazem um fim em si mesmos. Conforme Kant, o imperativo hipotetico se dá: “(...)com a escolha dos meios para alcançar a própria felicidade, quer dizer o preceito de prudência, continua a ser hipotético; a acção não é ordenada de maneira absoluta, mas somente como meio para uma outra intenção.”⁹¹

A acção é ordenada apenas como meio para outra intenção, logo sua validação não é auto referenciada mas permanece distante da realidade empírica. Ainda mais distante está o imperativo categorico, sua validação enquanto propósito gnosiológico se dá da seguinte maneira para Kant:

“Há por fim um imperativo que, sem se basear como condição em qualquer outra intenção a atingir por um certo comportamento, ordena imediatamente este comportamento. Este imperativo é categórico. Não se relaciona com a matéria da acção e com o que dela deve resultar, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva; e o essencialmente bom na acção reside na disposição (Gesinnung) (*), seja qual for o resultado. Este imperativo pode-se chamar o imperativo da moralidade”⁹²

Assim a certeza de que um certo sujeito age seguinte uma lei ou propõe uma lei, pois segue uma máxima que é boa em si mesma, é absolutamente impossível de se provar, e Kant admite isso⁹³. Mesmo que a acção aparente ter sido praticada segundo uma consciência moral absoluta, não como recurso para realizar outro fim, não se pode determinar que este é o caso. No entanto, o recurso imagético do imperativo categórico, nos permite determinar que tipo de discurso está sendo colocado e como ele se justifica (se é a priori a partir de uma ideia de pureza ou criticamente empírico), nos permite ainda maneiras de identificar como se propõe a afetar seu destinatário.

⁹¹ _____.” Fundamentação da metafísica dos costumes”, Trad: Paulo Quintela. Lisboa: 70 textos filosóficos. 2007)P 52

⁹² _____.” Fundamentação da metafísica dos costumes”, Trad: Paulo Quintela. Lisboa: 70 textos filosóficos. 2007 P 52

⁹³ _____.”Fundamentação da metafísica dos costumes”, Trad: Paulo Quintela. Lisboa: 70 textos filosóficos. 2007 :” Na realidade, é absolutamente impossível encontrar na experiência com perfeita certeza um único caso em que a máxima de uma acção, de resto conforme ao dever, se tenha baseado puramente em motivos morais e na representação do dever. Acontece por vezes na verdade que, apesar do mais agudo exame de consciência, não possamos encontrar nada, fora do motive moral do dever, que pudesse ser suficientemente forte para nosimpelir a tal ou tal boa acção ou a tal grande sacrificio. Mas daqui não se pode concluir com segurança que não tenha sido um impulso secreto do amor-próprio, oculto sob a simples capadaquela ideia, a verdadeira causa determinante da vontade.” _____.” P 40.

Todos os conceitos morais, em Kant, tem sua sede e origem a priori na razão. Não podem ser abstraídos de nenhum conhecimento empírico, nesta pureza está seu valor enquanto princípio prático supremo. Ao introduzir a dimensão empírica, a pureza e o valor ilimitado das ações é perdido. O imperativo categórico não pressupõe um agir moral necessário fundado na ação das pessoas, mas sim um fundo principiológico racional destas bases.

III - MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

3.1 Enfrentamento da posição retributiva e a crítica

A legislação evoca a ideia de uma necessidade social de acréscimo da punição, sob o pressuposto idealista transcendental. A legitimação da emenda se dá num aspecto puramente moral, visto que conforme delimitam os dados das pesquisas aqui elencadas, a incidência de crimes hediondos praticados por menores é diminuta.

Sob a perspectiva crítica, a opção é embasada em dados estatísticos pois a opinião crítica deve estar intimamente ligada com a realidade afastada de tentativas de universalização. Em pesquisa do CNJ, realizada por uma equipe multidisciplinar, foram visitados os 320 estabelecimentos de internação existentes no Brasil⁹⁴, entre julho de 2010 e outubro de 2011. Na pesquisa comprovou-se que os atos infracionais de maior incidência são aqueles praticados contra o patrimônio, cerca de 52% da média nacional. No tocante aos crimes da Lei 11343/2006, Lei de drogas, estes aparecem estatisticamente em segundo lugar, com 26%. Atos contra dignidade sexual, como estupro por exemplo, crime hediondo, corresponde a apenas 1% do percentual de atos infracionais praticados por menores.

Dados obtidos pelo mapa do encarceramento⁹⁵, em 2015, não destoaram destes elencados acima. Em 2012 o roubo representou 39% dos atos infracionais cometidos no país, seguido pelo tráfico de drogas (27%). Em terceiro lugar, com porcentagem menor, ficaram os homicídios (9%), seguidos pelos furtos (4%). Os demais atos infracionais: porte de arma de fogo, tentativa de homicídio, latrocínio, estupro e sua tentativa variaram de 3% a 4%.

⁹⁴ BRASIL. Conselho Nacional de justiça.” Panorama Nacional: A execução das Medidas Socioeducativas de internação”. Brasília, 2012. p 27. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf Acesso em: 12/12/2017.

⁹⁵ BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude. “Mapa Do encarceramento os jovens do Brasil.” Brasília, 2015. P.79 Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf> Acesso em: 12/12/2017.

Em levantamento recente do SINASE, percebemos que não há uma variação tão grande dos dados: Em 2016, 47% (12.960) do total de atos infracionais foram classificados como análogos ao roubo (acrescido de 1% de tentativa de roubo), e 22% (6.254) foram registrados como análogos ao tráfico de drogas. O ato infracional análogo ao homicídio foi registrado em 10% (2.730) do total de atos praticados, acrescido de 3% de tentativa de homicídio.⁹⁶

Nota-se desde já a moralidade do argumento, e o esvaziamento de conteúdo empírico: o número de jovens em medidas socioeducativas por crimes hediondos não justifica - a partir de um pensamento puramente positivo estatístico- a expansão da legislação penal. O sentido retributivista desta legislação, que surge também nas novas legitimações criminológicas do neoretributivismo, é a legitimação estatal da negativa de qualquer finalidade da pena para além da reprovação do autor pela lesão causada, ignorando dados.

De certa maneira tal posição é menos hipócrita (mais realista), pois admite a falha das teorias de prevenção especial positiva que pressupõe uma suposta ressocialização por meio do cárcere. Trata-se de um modelo centrado na culpabilidade, critério que também vai redimensionar a proporcionalidade da pena. Segundo Ashworth⁹⁷ : “os indivíduos devem ser tratados como responsáveis (eventualmente falíveis) agentes morais”. Mas permanece sendo lesiva pois não constitui freio, mas impulso para a sanha punitiva.

A legislação também é centrada na ideia de inversão copernicana, pois retira da esfera empírica os diversos fatores que compõe o delito, para construir uma ideia de liberdade pessoal para delinquir, centrada no sujeito. O jovem, diante dos pressupostos internalizados por ele mesmo e passíveis de identificação globalizada, teria a liberdade plena e dependeria apenas da escolha pessoal para não delinquir.

⁹⁶ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos: Secretaria nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; coordenação geral do sistema nacional de atendimento socioeducativo.” Levantamento sinase 2016”. Brasília, 2016. p 15 Disponível em:< http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf Acesso em 12/08/2018.

⁹⁷ ASHWORTH, Andrew.” Sentencing And Criminal Justice” Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 992

Caso pratique a ação, cuja sanção se relaciona com a ideia de que existe uma liberdade de escolha com base em imperativos, a retribuição enquanto pena é suscitada, é vingança institucionalizada a partir da positivação de tal legislação. O retributivismo faz parte das Teorias Absolutas da pena, e o caráter retributivo transparece na legislação pois é aumentada a gravidade da pena, e prescindida a lesividade social da prisão em si para (ex)menores. A tipologia absoluta deriva da finalidade autônoma atribuída a ela. Ou seja, a punição enquanto imperativo categórico adequa-se a ideia moral de bondade, não é um meio para alcançar algo, mas fim em si mesma.

Concorrentemente faz-se necessário salientar a origem contratual das penas absolutas.⁹⁸ Esta é uma proposição claramente distinta da realidade:” um suposto contrato social permitiria que o sujeito se tornasse polo passivo da punição”. O retributivismo nesta linha segue a interpretação *foucaultiana* quanto à Kant, de que a punição ocorre sobre a alma. Deve haver um: “ Castigo que atue profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.”⁹⁹ “ De maneira a ilustrar o que foi pontuado não há melhor exemplo do que a crítica Kantiana feita ao marques de Beccaria¹⁰⁰.

Beccaria elabora uma defesa contra a pena de morte subsidiada na indisponibilidade contratual(original) da vida no pacto original. Ou seja: quando saímos do estado de natureza, não estamos abdicando da própria vida ao permitir a punição, mas justamente buscando proteção a ela ao permitir a punição dos desvios. Kant chama a justificativa de artimanha jurídica¹⁰¹.

⁹⁸CARVALHO, Salo de. Op.; Cit, p. 53.

⁹⁹FOUCAULT, Michel. “Vigiar e Punir” Editora vozes: São Paulo, 42ª edição, 2014. P.20

¹⁰⁰ _____.Metafísica dos Costumes. Trad:Edson Bini. Editora: edipro. 1ª edição 2003, Bauru São Paulo. P 178

¹⁰¹ Idem, p. 205: “Em toda opunicaao há alguma coisa que (corretamente) ofende o sentimento de honra do acusado, uma vez que envolve coerção que se limita a ser unilatearal de maneira que sua dignidade como cidadão é suspensa ao menos neste caso particular, pois ele é submetido a um dever externo ao qual ele ,de sua parte, nao pode oferecer qualquer resistência. Um homem que detenha nobreza ou riqueza que tenha de pagar uma multa sente a perda do seu dinheiro menos do que a humilhação de ter que submeterse a vontade de um inferior. A justiça punitiva precisa ser diferenciada da inteligência punitiva, visto o argumento para primeira ser moral, em termos de ser punível (quia peccatum est) enquanto aquele para a ultima ser meramente pragmático (ne peccetur) e baseado na experiência do que e mais eficaz na erradicação do crime; e a justiça punitiva apresenta um lugar completamente diferente no tópico de conceitos jurídicos. (...) Opondo-se a isso (a pena de morte como justa diante do crime de homicídio) o marques de beccaria motivado por sentimentos compassivos de afetada humanidade, apresentou sua aserção de que: qualquer pena capital é equivocada pois não está contida no constrato social.” Para kant

Utilizando um argumento apriorístico, Kant consubstancializa a prática do fato à uma espécie de vontade inerente que depende de nada mais senão a vontade de obter os resultados que dela advém . ¹⁰²O filósofo explica que não se trata de uma vontade originária que abdicaria da própria vida no modelo contratualista, mas sim da aceitação de um conceito racional de punição retributivista , assumindo como pressuposto que o indivíduo punido seja também um “indivíduo ativo”¹⁰³.

Tal linha de pensamento é coadunada à legislação em seu aspecto universalizador, pois atribui um caráter de escolha e liberdade para prática do ato infracional e impõe sanção que intenta restabelecer um suposto caráter pacificador da sociedade. Para Salo, Kant sustenta que a Lei Penal é um imperativo categórico que deve ser respeitado sob quaisquer condições. Nesta ótica, a “observância das regras morais é o pressuposto primeiro do agir humano”¹⁰⁴ e é isto que a redução evoca, uma agir moral.

Enquanto guia da legislação penal, é possível sintetizar o imperativo categórico de duas maneiras: a primeira, calcada no exaustivo ditado do senso comum : “não faça ao outro o que não queres que façam a ti”. E a segunda, de que a pena por si só já constitui a reposta adequada, “é fim em si mesmo”.¹⁰⁵ A fundamentação da pena retributiva se dá pelo princípio vingativo que se instrumentaliza na dosimetria da pena, em especial na primeira fase de aplicação, na qual a abertura para a discricionariedade é maior¹⁰⁶.

Juarez Cirino entende a Justiça em Kant, assim como Salo, sob uma máscara vingativa ancorada na Lei de Talião. O autor também menciona, sob um aspecto ligeiramente distinto, a suposta punição à alma por ter pecado. ¹⁰⁷Apresenta-se o modelo kantiano como lei inviolável, e assim como Salo, partilha-se do entendimento sobre Kant da Lei Penal como imperativo categórico.

trata-se de uma sofística e artimanha jurídica e a resolve dizendo que ninguém objeto de punição porque a quis mas sim porque quis a acao punível”

¹⁰² CARVALHO, Salo de. Op. Cit. P. 179.

¹⁰³ Em sua concepção os indivíduos ativos são aqueles que contribuem para sociedade, assim ele exclui os enfermos, as mulheres, os velhos e as crianças . cf. _____.*Metafísica dos Costumes*. Trad:Edson Bini. Editora: edipro. 1ª edição 2003, Bauru São Paulo.

¹⁰⁴ CARVALHO, Salo de. Op.; Cit.; p

¹⁰⁵ Idem, p. 55.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 387

¹⁰⁷ CIRINO, Juarez. “Manual de Direito Penal: Parte geral” Conceito editorial: 2012, 2ª edição: Florianópolis. P 243.

Em “Manual do Direito Penal”, é mencionado o conceito de imperativo categórico para explicar que em Kant existe uma espécie de dever universal de punir os desviantes e que a culpa da não punição é daqueles omissos. A omissão é indistinguível da ação:”(a) culpa do sangue recai sobre o povo que não puniu seus culpados ¹⁰⁸. A omissão é fator importante na discussão legislativa, pois os defensores da redução da maioria penal, a partir de uma leitura do diário oficial, cobram uma postura pró-ativa do direito penal e denunciam os parlamentares contrários, taxando-os de inimigos do povo. Nesta passagem, obtemos a definição do imperativo categórico para Juarez: um dever geral que se confunde com um dever individual e é intrínseco à natureza humana. Na terminologia kantiana: Um julgamento sintético universalizável apriorístico.

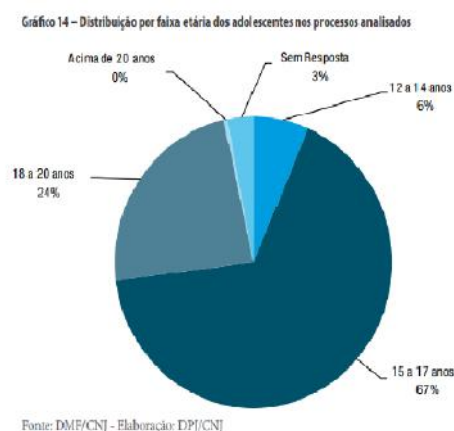
O caráter de auto referenciação aparece na própria punição, a punição surge não só como ferramenta para garantir a ordem, mas como boa em si mesma. A legislação também demonstra o aspecto retributivo da teoria, a partir do endurecimento da sanção diante de uma conduta anteriormente apenada por medida socioeducativa. Ela também cumpre o papel de designar uma conduta universalmente aceita cumprindo o preceito da primeira fórmula do imperativo categórico: Fórmula I :”aja apenas sob a máxima de que suas ações possam tornar-se lei universais”¹⁰⁹

A ideia de ineficiência da medida socioeducativa é avivada através deste vetor retributivo. Deslocando uma lógica centrada na proporcionalidade para uma medida universal; a partir da proposição de que punição que vale para o maior também deverá valer para o menor. Desta maneira, é estabelecida uma dimensão metafísica que põe em cheque a ideia de sujeito em formação e de diferenças culturais e socio cognitivas, substituída por uma pretensão de igualdade moral. Presume-se a ideia de internalização de pressupostos morais de conduta nos menores, e a desviancia destes, para esta linha, constitui uma opção própria diante da liberdade constituída pelo livre arbítrio.

¹⁰⁸ CIRINO, Juarez. Op,Cit,. P 243.

¹⁰⁹ PATON, HJ. Op,; Cit,;. p73

3.2 Histórico de Votação



O gráfico, elaborado pelo panorama das medidas socioeducativas em 2012¹¹⁰, demonstra que 67% dos crimes cometidos no Brasil por menores são praticados pela faixa etária de 15 a 17 anos. O projeto de lei que propõe a redução da maioridade pretende diminuir a idade necessária para ingressar no sistema carcerário de 18 para 16 anos. Ao se basear nesse padrão expansivo, percebe-se ainda mais o indissociável papel intrínseco da moral no Direito Penal. Não é absurdo afirmar que um próximo passo seria uma redução ainda maior no futuro.

Sob o ponto crítico é possível denotar que a nova legislação vai expandir o sistema penal, criando uma nova categoria de crimes e agirá selecionando um grupo desviante: os (ex) menores (entre 16 e 18 anos) que praticam crimes hediondos. Sob a perspectiva agnóstica, é possível postular que tal processo nada mais é do que a expressão política das relações de poder inerentes do congresso. As relações de poder durante a votação constituem parte importante da legislação, e determinam um momento jurídico específico.

A universalização de uma norma, a partir de um pressuposto de igualdade no direito burguês, confirma e fortalece relações sociais aplicando sanções a situações pré

¹¹⁰ BRASIL. Conselho Nacional de justiça.” Panorama Nacional: A execução das Medidas Socioeducativas de internação”. Brasília, 2012. p 21. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf> Acesso em: 12/12/2017

existentes. Como Marx¹¹¹ observou, o Direito na sociedade capitalista estabelece normas universais para sujeitos desiguais, perpetuando as diferenças sociais.

O projeto de redução número 171/93, foi votado em dois turnos numa votação conturbada nos dias 1 e 2 de julho de 2015, desrespeitando princípios basilares do Direito Administrativo como a publicidade e a moralidade¹¹². O projeto passou em segundo turno de votação, uma emenda aglutinativa foi votada ao revés do projeto em seu inteiro teor. Como suscitado anteriormente, a emenda delimitava a punição aos crimes hediondos e excluía o crime de tráfico do rol de condutas puníveis¹¹³. De modo a entender a atmosfera sob qual a votação foi feita, assim como a resposta da sociedade civil aos eventos apresentados, é necessário entender os eventos que antecederam o processo de votação.

Em junho de 2013, após inúmeros processos de construção de militância popular e insatisfação popular de certo estrato da população, ocorreu o que foi conhecido como jornadas de junho. Lutas como o “passe livre”, mobilidade e garantia de estudo para secundaristas, lutas sindicais, a greve dos garis e professores, culminaram em uma grande marcha. Os manifestantes se uniram contra o aumento do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro, contra os mega-eventos e a desvalorização do professor do Estado.

Os vetores da vontade popular haviam sido engessados por um projeto de cidade que não os contemplava, estabilizando uma sensação de impotência quanto às mortes rotineiras nas favelas¹¹⁴ nos casos como o de Claudia Silva, baleada durante troca de tiros entre policiais no morro da Congonha enquanto ia comprar pão. Neste caso a supremacia moral concedida aos agentes da Lei os permitiu, mesmo na condição de criminosos, que prestassem depoimento falso. Os policiais contaram que Claudia havia chegado no hospital sem vida. No entanto, imagens de um cinegrafista amador,

¹¹¹ SABBADÉL, Ana. Op., Cit., p. 37

¹¹² FILHO, José dos Santos Carvalho. “**Manual de Direito Administrativo**”. 22ª edição, 2009. Rio de Janeiro: Lumen. (Pag. 233-234.)

¹¹³ BRASIL. Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 1/07/2015. <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page> > Link eletrônico: Acesso: Dez, 2015

¹¹⁴ ROQUE, A. “A ocupação Militar no Complexo da Maré”. Anistia Internacional. Link eletrônico disponível em: <<http://www.leffa.pro.br/textos/abnt.htm#5.10>> Abr, 2015.

mostram Claudia dentro de um porta-malas aberto, caindo no asfalto e sendo arrastada por cerca de 250 metros¹¹⁵.

Este é apenas mais um dos casos das inúmeras mortes em confronto contabilizadas pela polícia militar. As pessoas foram às ruas também para questionar os vetores morais que compunham uma vontade de poder estatal, intrinsecamente predisposta a reprimir. É de relevância moral apontar a grande influência da FIFA no período das manifestações. Algumas das pautas que foram cobradas nos protestos relativas à instituição são: as remoções arbitrárias que supostamente dariam espaço para as obras, arrochos salariais na área da educação advindos de uma concepção de cidade para mega-eventos, afastamento da cidade e precarização do transporte público.

As medidas adotadas durante a Copa do Mundo evidenciam a tendência punitivista sistematicamente adotada pelo Estado Brasileiro, como a adoção da Lei anti-Terrorismo¹¹⁶, sancionada no mesmo dia que a presidenta Dilma Rousseff convocava um ato¹¹⁷. No mínimo, a decisão é paradoxal, mas serve de reflexo para a volatibilidade e mutabilidade da vontade de poder. Julgo impossível, sob a perspectiva genealógica,

¹¹⁵ BRASIL.ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório da comissão de defesa dos direitos humanos e cidadania: ALERJ.. Rio de Janeiro: Gráfica Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. P.29.

¹¹⁶ BRASIL. Lei 13260 de 16 de março de 2016.”Regulamenta o disposto no inciso XLII do art. 5º da CF/88, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as leis nºs 7960, de 21 de dezembro de 1989, e 12850, de 2 de agosto de 2013. Link eletrônico disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm> Acesso 05/05/2017.

A lei traz em seu art. 5º um dos maiores desrespeitos positivados ao rol da taxatividade propondo a penalização de atos preparatórios, cuja tutela incide sob bem jurídico presumido ou abstrato, é a vagueza positivada. Levando em conta que segundo princípios do processo penal a acusação deve ser clara e o crime tipificado claramente em lei, assim como a proibição da punição de atos preparatórios, verificadas as exceções, a situação se torna ainda mais única. A Presidenta foi afastada do cargo sob acusações tão nebulosas quanto as que se pretendem positivar no ordenamento supracitado, saindo sob a declaração de que “é a maior das brutalidades ser punido por crime que não cometeu”(cf. Equipe g1. “Impeachment é a maior das brutalidades, afirma Dilma.” Globo.com 12/05/2016. Disponível em:< <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/impeachment-e-maior-das-brutalidades-afirma-dilma.html>> Acesso em: 12/07/2018). O mesmo deve pensar Rafael Braga, preso por portar um vidro de pinho-sol em manifestação.

¹¹⁷ Equipe G1. “Manifestantes fazem ato em apoio ao governo Dilma”. Globo.com 18/03/2016. Link Eletrônico disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestantes-fazem-ato-em-apoio-ao-governo-dilma-pelo-pais.html>>

elencar todos os fatores históricos, porém de modo a analisar o período sucintamente me valho do relatório disponibilizado pela ALERJ:

A criminalização da liberdade de expressão durante os protestos se apresenta pela tratativa penal que os manifestantes vem recebendo em frente aos seus pleitos. Ao invés do diálogo, da facilitação e segurança das manifestações, e do respeito as garantias fundamentais da liberdade de expressão, liberdade de reunião e associação pacíficas, o estado vem optando constantemente pela via repressiva e criminalizante. Grande parte dos detidos durante os protestos foi enquadrada nas delegacias em artigos do código penal e de outras leis penais, muitas vezes artigos e leis que são flagrantemente inadequadas para lidar com os protestos sociais. Os principais tipos penais que foram aplicados pela polícia em todo país contra manifestantes foram: a formação de quadrilha, associação criminosa, dano ambiental, dano ao patrimônio público, incêndio, ato obsceno, e a lei de segurança nacional¹¹⁸

Diante de uma política criminal voltada para guerra às drogas e repressão de direitos individuais, cada vez mais os jovens se tornam vítimas de uma lógica de guerra moralmente legitimada. Segundo o 8º anuário de segurança pública, ao menos 6 pessoas foram mortas por dia pelas polícias brasileiras em 2013.¹¹⁹ Após as eleições, num turbilhão político, a votação da emenda ocorreu, em dois dias distintos. O texto da PEC inicialmente previa a redução da maioridade para 16 anos para qualquer tipo de delito. Por acordo entre parlamentares do PSDB, do PMDB e outros partidos, o relator da proposta na comissão especial, deputado Laerte Bessa (PR-DF), alterou o próprio relatório para restringir a responsabilização penal a crimes Hediondos de modo a pautar uma emenda rejeitada no dia seguinte. Este procedimento é expressamente vedado na constituição, pois não se votam pautas rejeitadas numa mesma sessão legislativa.

De um lado, havia estudantes e organizações de direitos humanos, e parte do congresso que clamavam, por meio de verificação empírica, a óbvia falha do sistema penal. De outro lado, uma sensação de impunidade de certa parcela da população e o resto dos deputados de cunho punitivista, apoiados numa argumentação que se travestia de imperativo categórico e vinha de um mundo preto e branco, de verdades universais e metafísicas. Num

¹¹⁸ Comissão Interamericana de Direitos Humanos. “Relatório referente ao 150 período”. Washington. Mar de 2014.

¹¹⁹BRASIL. Fórum brasileiro de segurança pública. “Anuário Brasileiro de Segurança Pública.” São Paulo: p. 6. Disponível em: <http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/8o_anuario_brasileiro_de_seguranca_publica.pdf> Acesso em: 16/01/2018.

primeiro dia de votação, grande parcela da militância se organizou nas praças e diversos outros locais do Brasil para construir “o amanhecer”.

O amanhecer foi um movimento político de inspiração latino americana¹²⁰, focado num despertar de consciência. Na prática, foi um esforço secundarista para que as praças amanhecessem decoradas e com informações sobre a redução da maioria penal. Em Brasília, grande parte da população civil realizou protestos e conversou com seus representantes e, assim, a Câmara dos Deputados rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição.

Porém, no segundo dia, a emenda passou em manobra¹²¹ do presidente da casa Eduardo Cunha. O povo foi proibido de entrar na casa legislativa e a votação, que no dia anterior havia sido de 303 deputados a favor 184 votos contra e três abstenções, transformou-se em: 323 a favor, 155 contrários e duas abstenções. A chamada “bancada

¹²⁰ A inspiração veio de um movimento uruguaio que também tinha o intuito de impedir a redução da maioria penal no país. Disponível em: < <https://medium.com/noalabaja/qui%C3%A9nes-somos-3a5979e05f>> Acesso em 01/09/2018.

¹²¹ O presidente Eduardo Cunha, foi contra as disposições do direito administrativo e constitucional que vedam a votação de um tema recusado numa mesma sessão. Apesar deste mandamus o projeto foi votado sob o manto de nova emenda aglutinativa. O absurdo foi percebido por diversos parlamentares e pode ser visto nesta fala por exemplo: “O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, o Brasil, e não tenho dúvidas disso, teve uma grande vitória ao rejeitar o substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, que trata da redução da maioria penal, numa votação apertada, por cinco votos de diferença. Estou dizendo isso porque, no dia de hoje, depois da ressaca da vitória, começam vir as preocupações, Deputado Caetano, porque foi isso mesmo o que aconteceu quando votamos e derrotamos aqui o item da reforma política que tratava dos recursos empresariais nas campanhas eleitorais. Ele foi derrotado por este Plenário, e, no outro dia, criou-se um ambiente para poder mudar as regras do jogo e aprovar o financiamento empresarial nas campanhas eleitorais. Ontem, nós derrotamos o substitutivo da PEC 171, que trata da redução da maioria penal. A minha preocupação é com a possibilidade de aparecer, amanhã, depois de amanhã ou depois do recesso, uma emenda aglutinativa aqui para novamente colocar esse tema em votação. Essa é uma preocupação que eu tenho, porque o que o Presidente da Casa diz não vale muita coisa. Ele diz o seguinte: “Tudo que vem para aqui tem que votar. Quem tiver mais voto, vence; quem não tiver, é derrotado, e isso faz parte da democracia”. Agora, mudar as regras do jogo não faz parte da democracia; mudar as regras já estabelecidas não faz parte da democracia. Eu não quero acreditar que o Presidente desta Casa vá colocar aqui novamente em votação a redução da maioria penal. Eu não quero acreditar que isso vai acontecer. Eu quero acreditar na palavra do Presidente de que quem tiver mais voto, vence, ou seja, quem vencer leva. Isso faz parte do processo democrático, e foi isso o que aconteceu ontem. O povo brasileiro, as organizações e quem lutou pela não aprovação da redução da maioria penal têm essa convicção. Então, crendo nisso, eu não acredito que o Presidente decida colocar em votação uma emenda aglutinativa que novamente coloque em debate o substitutivo da PEC(...) “BRASIL. Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 2/07/2015. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page>> Link eletrônico: Acesso: Dez, 2015 p 44”

da bala” e a bancada evangélica (bloco político: PMDB/PSDB/DEM/PP/PSC que defendia a redução) conseguiu alcançar os 3/5 necessários no segundo dia.¹²²

Ao selecionar uma ação punível, expandindo a Lei penal dentro de um sistema capitalista, há um reforço das posições seletivas de raça visto que, conforme dados indicam : 59,08%¹²³ dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade foram considerados de cor parda/preta, 22,49% de cor branca, 0,91% de cor amarela e 0,98% da raça indígena. Nesta mesma pesquisa, 16,54% dos adolescentes e jovens não teve registro quanto à sua cor ou raça, sendo classificados na categoria sem informação.

Dentro desta categoria há necessariamente uma seletividade intrínseca, que ao revés de optar por criminalizar condutas que causam mais dano econômico, pretendem utilizar o Direito Penal como ferramenta simbólica de manutenção de opressão, criando uma nova categoria de criminosos, é o rotulamento de menores para transformá-los em inimigo público.

O próprio trato conferido pela sociedade às classes mais baixas pode ser evidenciado no respeito pela presunção da inocência em jovens de classe média, e em sua total inversão em jovens negros de classes mais baixas. A mídia é um dos vetores que conferem mais destaque a esta diferenciação. Enquanto jovens brancos surgem nos noticiários na condição de acusados de um crime ¹²⁴, outra parcela significativa da população é vista como criminosa antes mesmo do início de um processo¹²⁵.

¹²² BRASIL. Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 2/07/2015. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150702001100000.PDF#page=>

¹²³ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos: Secretaria nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; coordenação geral do sistema nacional de atendimento socioeducativo.” Levantamento sinase 2016”. Brasília,2016. p 19 Disponível em:< http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf Acesso em 12/08/2018.

¹²⁴ Araújo, Vera. “Acusados de tráfico, três universitários são presos em festa no Recreio dos Bandeirantes:Com os jovens, com idades entre 20 e 22 anos, foram apreendidas drogas e réplicas de pistola e fuzil” 07/06/2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/acusados-de-trafico-tres-universitarios-sao-presos-em-festa-no-recreio-dos-bandeirantes-16373744> Acesso em 17/06/2018.

¹²⁵ Equipe G1 tocantins. “Traficantes são presos em operação suspeitos de executar usuários de droga Os crimes foram registrados em janeiro deste ano. Segundo a Polícia Civil, os homicídios aconteceram por causa de dívida de drogas” 20/07/2018. Disponível em:<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/07/20/traficantes-sao-presos-em-operacao-suspeitos-de-matar-usuarios-de-droga-em-palmas.ghtml> Acesso em: 17/08/2018.

No que toca a Labelling Approach, o desviante é aquele no qual o rótulo de menor sanguinário foi aplicado de maneira exitosa. A identificação desta proposição, tanto nas falas do congresso quanto na opção positiva, demonstra que a desviancia não é uma qualidade da pessoa que comete o ato, mas sim uma consequência da aplicação de regras e sanções a um ofensor. A própria opção do objeto de criminalização já define um perfil de desviancia aceitável e outros inaceitáveis.

Tal opção (qual ação é passível de reprovação penal) é positivada e demonstra-se na legislação de forma evidente. A legislação permite que sejam subtraídos 10 mil reais do Estado, através da omissão de informações à autoridade fazendária por exemplo, mas pune um furto a um supermercado. Há a aplicação do principio da bagatela em crimes contra à ordem tributária e de descaminho, Lei Nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Lei 13.008, de 26 de junho de 2014, respectivamente, diante da interpretação do artigo 20 da Lei 10.522, de 19 de Julho de 2002,.

Já o crime de furto, por exemplo, que de maneira recorrente trata de valores muito menores que dez mil reais, na maioria das vezes, não é aplicado o principio da insignificância de maneira positivada; não há dispositivo que determine valor mínimo específico para aplicação de tal principio. Esta opção claramente determina que o bem jurídico supostamente protegido, qual seja a propriedade, não tem uma dimensão objetiva, não se realiza na prática, demonstrando que há uma clara opção de criminalização das camadas mais pobres. Isto não significa inferir que as camadas mais baixas tenham maior índice delitivo, mas sim que a legislação penal, enquanto expressão econômica de dominação, estabelece condutas aceitáveis desde a posição dos sujeitos que as praticam, e o mesmo funciona com os menores, especialmente aqueles cujo perfil de vulnerabilidade é evidente.

O processo de criminalização (secundária), age estabelecendo padrões morais e judiciais dos delitos merecedores de judicialização e prisão, e aqueles que sequer são vistos como criminosos em seu meio. A questão central é que a desviancia de um ato, sua classificação enquanto tal, depende da reação que este ato provoca e os meios que a sociedade se utiliza concretamente para coibi-lo.

A positivação de tal legislação demonstra que devido a natureza estatística dos atos infracionais (e o perfil prisional) punidos, o Estado está mais interessado em encarcerar as classes mais baixas, (frize-se que não está sendo proposto o nexo de delinquência a uma determinada classe) do que defender a propriedade em abstrato. Ainda é possível elencar outro exemplo, que parte da total inexistência de norma que confira a adequada eficácia do mandamus constitucional relativo à taxação de grandes fortunas. É gritante a seletividade da eficácia legislativa.

A própria opção de discussão legislativa de determinada pauta, no caso a redução da maioria penal, demonstra a seletividade. Ao revés de optar por discutir uma reforma política, reivindicação de grande parte da população à época, são utilizados argumentos idealistas universais para legitimar a opção por uma legislação criminal que empiricamente não soluciona os conflitos sociais, afinal o Brasil permanece como bastião sulamericano na tendência do hiperencarceramento.¹²⁶

A legislação penal, a partir da perspectiva idealista, opera utopicamente numa bolha. Atua sob o pressuposto reativo, de que o delito é caracterizado unicamente pela ação do “criminoso”, ignorando que o pressuposto primeiro do delito é a opção político-econômico-moral de criação do mesmo, e a subsequente reação institucionalizada.

3.3 Aspectos críticos da justificação da Emenda e da Votação

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público¹²⁷

O autor da PEC é Benedito Domingos. O deputado propôs a emenda, numa quarta feira, dia 27 de outubro de 1993. O deputado é também pastor pela Igreja Universal. Diante da opção dogmática do pensamento eclesiástico, não é absurdo presumir que a legislação advinda de tal sujeito é fundamentada em ideias universalizadoras, com

¹²⁶ Equipe Jornal Oeste. “Brasil é líder em nº de presos por habitantes na América do Sul”. Pub. 22 de Janeiro de 2017 às 08:52. Disponível em: <http://jopsc.com.br/noticia/2481/brasil-e-lider-em-no-de-presos-por-habitantes-na-america-do-sul> Acesso 10/09/2018.

¹²⁷ BRASIL. Constituição Federal 1988. Brasília, DF.

definições morais apoiadas na sua legitimação metafísica. Admite-se que não se pode determinar exatamente da onde surgem as pulsões para a votação de uma legislação, mas a evidenciação dos termos utilizados em sua proposição ajudam a definir as peças que compõem o quebra-cabeças punitivo.

O tipo de argumentação proposta no texto de justificação da emenda assume que exista uma cognição completa, enquanto motivação para expandir o sistema penal. Acriticamente, substantia afirmações a partir de conclusões como: ” O moço de hoje entende perfeitamente o que faz e sabe o caminho que escolhe. Deve ser portanto responsabilizado por suas opções”.¹²⁸ A ideia da proposição ecoa nas falas do congresso nos dias de votação, como exemplifica a fala do deputado:

“!O SR. LAUDIVIO CARVALHO (Bloco/PMDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) esta Casa, não existem vingadores, não existem super-heróis. Aqui, nesta Casa, existem homens livres e de bons costumes que exigem justiça. Um rapaz de 16 anos de idade sabe muito bem o que está fazendo. Ele sabe votar; ele elege um Presidente da República. Ele faz mais, vai ao cartório da esquina da sua casa e registra um filho. Ele pode muito. Um rapaz de 16 anos, de 17 anos, hoje, não é o rapaz de 16 anos da década de 1940, do século passado¹²⁹ (grifo nosso)“

O que está em jogo nesta proposição é a medida do teor cognitivo do jovem a partir de sua capacidade de universalização de máximas. O ponto de partida da legislação ora comentada é centrado no indivíduo; centrado na consciência de que na dimensão do tempo, supostamente possui uma dimensão metafísica espaço temporal. Esta dimensão é avivada no prefácio da Crítica da Razão Pura. Surge como argumento admissível, nesta proposição, a constatação de que o tempo e o espaço são formas sensíveis da nossa intuição e não determinações em si mesmas ou condições de objetos em si mesmas.¹³⁰

¹²⁸ BRASIL. Diário oficial do Congresso Nacional. Ano: XLVIII. Nº 179. 27/10/1993. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1993.pdf#page=10>> Acesso: Out, 2015. [P. 23062](#)

¹²⁹ BRASIL. Diário Oficial do Congresso Nacional. Ano: LXX nº110 02/07/2015. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150702001100000.PDF#page> . Acesso em out, 2015. p 211

¹³⁰ ALISSON, H.J. Op.,; Cit.,; P 52. Tradução Livre:”I understand by the transcendental idealism of all appearances the doctrine that they are all together to be regarded as mere representations and not as things in themselves, and accordingly that time and space are only sensible forms of our intuition, but not

Neste momento os jovens possuiriam uma relação intuitiva com o seu tempo, desde um discernimento moral mais avançado de que seus antepassados, coadunado desde a internalização de máximas morais mais cedo, uma espécie de evolução moral da modernidade. Este discurso é, acima de tudo, uma hipótese moral.

Ressona, enquanto linha argumentativa da legislação, a culpabilização única do jovem, aliada à uma isenção institucionalizada dos deveres estatais garantidos na constituição. As linhas absolutas manifestam-se de maneira a criar uma verdade escrita em pedra, como mandamento, ignorando padrões sócio econômicos e culturais que justificariam ou ao menos tornariam mais elaboradas as razões para a prática do delito. Deste modo, é possível sugerir que os discursos no congresso não se baseiam em fatos empíricos, mas sim num argumento autoreferenciado e retributivo.

O texto de justificação da PEC 171 é repleto desta visão absoluta do direito, indo na contramão do processo de separação entre o Direito Penal e a moral. A lei se apoia numa visão simplista e punitivista, que visa propagar uma moral religiosa, e ao fazê-lo lesiona a laicidade do Estado; como evidenciado por outro trecho da justificação da lei:

“Ainda nos referindo-nos a informações bíblicas, Davi, jovem modesto pastor de ovelhas acusa um potenciável admirável com seu estro de poeta e cantor dedilhando su harpa mas, ao mesmo tempo responsável o suficiente para atacar o inimigo do seu rebanho. Quando o povo de deus estava sendo insultado pelo gigante golias comparou-o ao urso e ao leão que matara com suas próprias mãos.”¹³¹

Nietzsche assemelha esta busca de pureza moral com uma luta contra a própria natureza do Homem: “ a ignorância em psicologismos- o cristão não tem nenhum sistema nervoso- o desprezo e o querer desviar o olhar das exigências do corpo, da

determinations given for themselves or conditions of objects as things in themselves. To this idealism is opposed transcendental realism, which regards space and time as something given in themselves (independent of our sensibility).”

¹³¹ BRASIL. Diário oficial do Congresso Nacional. Ano: XLVIII. Nº 179. 27/10/1993. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1993.pdf#page=10>> Acesso: Out, 2015. P. 23062

descoberta do corpo(...)” (...)” a redução por princípio de todos os sentimentos integrais corporais a valores morais”(...)”¹³²

Assim como na inquisição, o trabalho de positivação desta nova categoria remonta às técnicas do Santo Ofício. “ o trabalho de classificação(das heresias) representa um duplo papel; por um lado de normalização das práticas e das crenças da população; por outro de imposição da preeminência do tribunal em face de outros organismos da igreja”¹³³

Outro trecho bíblico utilizado na justificação da PEC remonta a outras características inquisitórias, pois presume a criminalização de um indivíduo que não segue os mesmos padrões morais da igreja: “O Salomão do alto de sua sabedoria disse : Ensina a criança o caminho que deve andar que quando for grande nao se desviará dele.”¹³⁴ Esta noção de um desvio do caminho divino assevera que haveria um dever moral, que está impresso no ser humano, para além da realidade concreta, para além da experiencia e do empírico: enquanto comando para fazer o bem, enquanto imperativo. Novamente na pag. 2063 há outra citação bíblica:

“a uma certa altura no velho testamento o profeta Ezequiel nos da a perfeita dimensão do que seja a responsabilidade pessoal. Nao cogita nem sequer a idade: “a alma que pecar essa morrera (ez 18)” a partir da capacidade de cometer o erro, de violar a lei surge a implicação, pode também receber a admoestação proporcional ao delito, o castigo.”¹³⁵

A ideia de perfeição do imperativo categórico se mostra presente na justificação do texto legal. Ao adstritir o conceito de culpa fora da realidade contingencial, e procurar fatores apenas individuais, o Direito Penal e a lei se separam cada vez mais da realidade concreta, e aproximam-se de uma tentativa de estabelecimento de valores

¹³² NIETZSCHE, Friederich. “Vontade de Poder”. 1ª reimpressão, março de 2011. Rio de Janeiro: Contraponto. (tradução: SINÉSIO, P. MORAES, J.), p 22

¹³³ Bethencourt, Francisco.”História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séc xv-xix.”Companhia das Letras: São Paulo. 2000, 2ª reimpressão. P. 296.

¹³⁴ BRASIL.Diário oficial do Congresso Nacional. Ano: XLVIII. Nº 179. 27/10/1993. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1993.pdf#page=10>> Acesso: Out, 2015. P. 23063

¹³⁵ BRASIL.Diário oficial do Congresso Nacional. Ano: XLVIII. Nº 179. 27/10/1993. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1993.pdf#page=10>> Acesso: Out, 2015. pag 23063

supremos vindos de um “deus”: “O conceito de culpa como não remontado aos fundamentos de existência é o conceito de castigo como um benefício educativo, por conseguinte como ato de um deus bom”¹³⁶

Cerca de 2300 anos após a publicação do antigo testamento, ele continua a influenciar a legislação presente. “A moral é algo essencialmente que serve de meio de fazer com que algo dure para além dos indivíduos, ou melhor, como uma escravização dos indivíduos”¹³⁷. O discurso que parte da liberdade dos indivíduos, no sentido de que este mundo ideal nos dá escolha e livre arbítrio de exercer qualquer ação, é instrumentalizado, na prática, para prender mais pessoas.

Outro trecho da justificação do projeto de lei diz: “O menor não está sujeito a qualquer sanção punitiva, mas tão somente as medidas denominadas sócio educativas, que em síntese são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços a comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação”.

Ao depreender do discurso, o signo “educação”, per se, funciona como um imperativo categórico, pois é universalmente aceita como algo positivo em si mesma; porém, através de sua instrumentalização no discurso, percebemos que funciona como forma de controle. No ECA, admitidas as falhas das garantias constitucionais do sistema educacional, o Estado impõe a medida socioeducativa de internação enquanto pena por excelência, e ela atua como pena, pois não há opção de não cumprimento. Há apenas um *mandamus* sancionatório do Estado, que não se revela enquanto opção educacional na prática.

A educação enquanto obediência é forma de controle, quando exercida sob o manto da medida socioeducativa adquire ainda maior caráter penológico inclusive, pois possui características como prevenção geral negativa e positiva. O próprio arcabouço legal do ECA que positiva que o menor de 18 anos é imputável, mas que todavia é capaz de cometer ato infracional, já concede abertura moral para a punição.

¹³⁶ NIETZSCHE, Friederich. Op, cit.; p 152

¹³⁷ NIETZSCHE, Friederich. Op, cit.; p p. 367

Na linha deste pensamento, e sob o cenário dos dados descritos, surge a conclusão de que a medida socioeducativa nada mais é do que uma articulação penológica aplicável a menores e moralmente aceita. Neste arranjo compartilha-se a proposição de que: “a medida socioeducativa cumpre o mesmo papel de controle social do que a pena, possuindo as mesmas finalidades e idêntico conteúdo. (...) representa o exercício do poder coercitivo do poder punitivo”¹³⁸(...)

Na aplicação prática percebe-se uma opção maciça pela internação em um sistema cujo âmbito percorre a esfera da proteção. O ECA é regido sob o prisma elencado em seus Arts. 98¹³⁹ e 100, baseado num sistema de controle judicial que preza pela proteção. Porém, em sua aplicação prática, a legislação subverte o mandamus de proteção dos menores e passa a proteger o Estado dos menores, aplicando, na maioria dos casos, medidas de menor caráter protetivo

A pesquisa do “Mapa do Encarceramento” realizada entre 2005 e 2012, evidencia o percentual de aumento de 16% no número de internações, porém não delimita seu caráter (provisório ou não). O crescimento da população de menores em medida de internação não superou o acréscimo de prisões de jovens e maiores neste mesmo período, de aproximadamente 52%,¹⁴⁰ mas evidencia uma expansão do sistema penal.

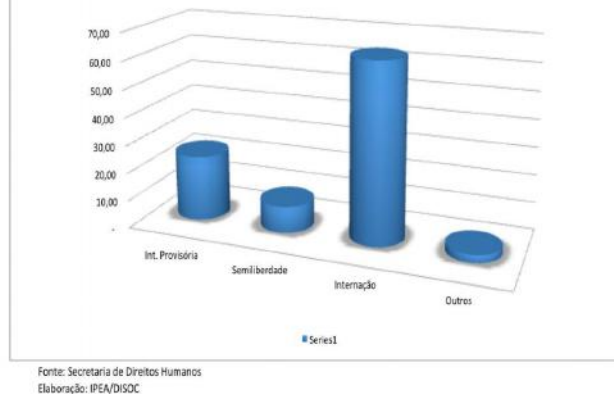
Em 2013 ,verifica-se, a partir de dados do IPEA, que a medida mais aplicada a menores era a de internação. Em segundo lugar, estava a internação provisória, e em terceiro a semiliberdade. Nota-se que as outras medidas, de menor caráter lesivo aos direitos humanos, sequer possuem uma coluna própria devido ao seu caráter quantitativo diminuto.

¹³⁸ SPOSATO, Karyna Batista. O Direito Penal Juvenil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.p.114.

¹³⁹ BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990

¹⁴⁰BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. “Levantamento Nacional de informações penitenciárias.Atualização - Junho de 2016.” Brasília, DF. 2017. p.9. Disponível em:<http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf . Acesso em: 17/08/2017.

Gráfico 1- Brasil: Proporção de Adolescentes Privados de Liberdade, segundo o tipo de medida restritiva/privativa de liberdade em 2013



O Sinase determinou que em 2016¹⁴¹ o sistema de medidas socioeducativas teve um total de 26.450 atendidos, sendo 18.567 em medida de internação (70%), 2.178 em regime de semiliberdade (8%) e 5.184 em internação provisória (20%). Há, ainda, outros 334 adolescentes/jovens em atendimento inicial e 187 em internação sanção. O que os números demonstram é que há uma opção flagrante pelo encarceramento e afastamento destes jovens do convívio social. A internação tem o mesmo caráter punitivo da prisão e é, na prática, a medida mais aplicada.

De 2015 para 2016, há um aumento no número de adolescentes em internação, de 18.381 para 18.567. Quanto à medida de menor caráter lesivo (semiliberdade) há uma diminuição de 2.348 para 2.178. A internação provisória, que já vinha apresentando decréscimo desde 2013, manteve a diminuição de 2015 para 2016 (5.480 adolescentes em 2015 para 5.184 em 2016). Assim, de 2015 para 2016 ocorreu aumento na medida de internação e redução na semiliberdade e na internação provisória. Possível concluir que o panorama de encarceramento de menores encontra-se em franca expansão.

Ao final da proposição, o autor da PEC cita Rui Barbosa: “Vamos educar as crianças para não ter que punir os adultos”, reafirmando que a intenção da própria lei na verdade é educar ao revés de punir os jovens. Notável a utilização da figura do imperativo categórico e hipotético. A punição e educação como algo bom per-se e

¹⁴¹ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos: Secretaria nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; coordenação geral do sistema nacional de atendimento socioeducativo.” Levantamento sinase 2016”. Brasília, DF. 2016. p 5 Disponível em:< http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf Acesso em 12/08/2018.

relacionadas. A virada na análise é a percepção de que esse discurso mantém formas de dominação moral e econômica, especialmente quando positivadas numa legislação penal, necessariamente seletiva.

A visão crítica observa que o autor do texto tenta explicar a inexistência de barreiras a cultura, ao mesmo tempo restringindo sua própria visão. Novamente, “esquecendo” do inerente ponto de vista imbuído em qualquer afirmação, entendido até pela perspectiva Kantiana. O deputado afirma:” independente de seu meio social o acesso a cultura é sempre possível através da televisão(...)” Baseando sua análise empírica na televisão que “sempre noticia, estupros, assassinatos etc.. “ cometidos por menores”,¹⁴². Novamente a “televisão” é sua fonte.

Ao final da justificativa, é colocada uma proposição absurda:

“A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por **finalidade dar ao adolescente consciência de sua participação social**, da importância e da necessidade mesmo do cumprimento da lei, desde cedo, como forma de obter a cidadania, começando pelo respeito à ordem jurídica..., enfim, o que se pretende com a redução da idade penalmente imputável para os menores de dezoito anos é dar-lhes direitos e conseqüentemente responsabilidade, e não puni-los ou mandá-los para cadeia.”¹⁴³

A Argumentação é falaciosa, no mínimo, e no máximo não cabe em um trabalho acadêmico. Ela tem fundo na concepção de que o Direito Penal, ferramenta de manutenção de classe, notadamente expansiva e seletiva, despertaria uma consciência nos jovens quanto à sua participação social. Ou seja, o jovem menor de 16 anos que sequer pode obter carteira de motorista, teria despertada dentro de si, a partir de uma internalização de sua bússola moral frente à sociedade, o fator da consequentialidade de suas ações. O Direito Penal perde seu caráter subsidiário declaratório e passa a ter por

¹⁴² Diário oficial do Congresso Nacional. Ano: XLVIII. Nº 179. 27/10/1993. Disponível em:< <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1993.pdf#page=10>> Acesso: Out, 2015. Pag 23062.

¹⁴³ Diário oficial do Congresso Nacional. Ano: XLVIII. Nº 179. 27/10/1993. Disponível em:< <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1993.pdf#page=10>> Acesso: Out, 2015. Pag 23063.

finalidade, enquanto imperativo categórico, o reforço da própria ideia de punição como vingança mais cedo na vida dos indivíduos.

3.4 Categorização dos Discursos

Ricardo Cappi na pesquisa “Pensando respostas estatais: as condutas criminalizadas”: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria penal” utilizou uma abordagem distinta da presente, mas categorizou os discursos sob a mesma linha, afirmando que: “Várias sequências encontradas nos discursos favoráveis à redução da maioria penal apresentam um argumento conhecido: (...) O discernimento do jovem em função do desenvolvimento socioeconômico do país”¹⁴⁴

Aliado a este discurso, o cientista social também determina que ocorre o discurso da “punição absoluta”, entendido aqui como imperativo categórico da punição. Em sua perspectiva, a legislação é entendida como fonte de expressão da demanda por uma solução, a qual assumiria a forma de medidas punitivas mais duras, fazendo eco a uma de forte degradação moral¹⁴⁵.

A pesquisa adequa outro tipo de discurso, o chamado discurso da proteção, é a evocação do caráter educativo da legislação penal, por ora entendido pelo imperativo da educação. No decorrer das falas parlamentares, a educação surge como imperativo categórico, pois é universalmente boa per se (apresenta-se desta maneira). Já quando aparece conjugada com a punição ela mostra seu caráter relacional e, portanto, adequa-se ao imperativo hipotético.

Conforme preceitua Kant, o imperativo hipotético é validado como meio para outra intenção. A partir da análise do Diário Oficial nos dias de votação é possível afirmar que o debate teve uma centralidade na ideia de punição e educação. As máximas “educar para não punir” e “punir diante da não educação” matizaram o conteúdo das

¹⁴⁴ CAPPI, Ricardo. “Pensando respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria penal” (1993-2010). Revista de estudos empíricos em direito. vol 1, n 1. Janeiro de 2014. P16.

¹⁴⁵ CAPPI, Ricardo. Op., Cit., p 15.

falas, e funcionam como meio e fim, reciprocamente, atuando também como um imperativo hipotético e categórico.

Em relação ao padrão educacional, basta suscitar os dados elencados pelo CNJ. O panorama nacional, referente a medidas socioeducativas, foi elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário Conselho Nacional de Justiça. A pesquisa, realizada por trabalho de campo, através de questionários, intentou estabelecer padrões estatísticos do perfil do menor encarcerado em unidades de internação entre os períodos de 19/7/2010 a 28/10/2011

A partir da análise de dados fornecidos, conclui-se que os adolescentes entrevistados pararam de estudar entre 8 e 16 anos, 57% declararam que não frequentavam a escola antes de entrar na unidade. O que indica a óbvia não incidência dos direitos constitucionais positivados no art. 23 Inc, IX. A média obtida nacionalmente foi de 14 anos, como indica a tabela abaixo, embora a pesquisa denote que 26% dos entrevistados tenha optado por não responder essa pergunta.

Tabela 1 – Média da idade em que o adolescente interrompeu os estudos por região

Região	Idade Média
Centro-Oeste	14,2
Nordeste	13,7
Norte	13,7
Sudeste	14
Sul	14,3
Total	14

Fonte: DMF/CNJ - Elaboração: DPJ/CNJ

“Quanto à escolaridade, a última série cursada por 86% dos adolescentes estava englobada no ensino fundamental, ou seja, este percentual de adolescentes não concluiu a formação básica. Deve-se ressaltar que há uma percentagem maior de adolescentes cuja última série cursada foi a quinta e a sexta série do ensino fundamental”.¹⁴⁶

A educação, enquanto aulas expositivas de conteúdo, está cada vez mais afastada da realidade da criança, e por si só não é capaz de manter estes sujeitos em sala de aula.

¹⁴⁶ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. “Panorama Nacional: A execução das Medidas Socioeducativas de internação”. Brasília, 2012.. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf Acesso em: 12/12/2017

Nos estabelecimentos penais, conforme explicitou outra pesquisa¹⁴⁷, os menores quando recebem a medida de Internação em Estabelecimento Educacional (ECA, art. 12), permanecem sem ensino ou sob uma metodologia que valoriza o ensino social ao revés do conhecimento tradicional escolar.

Dentre as 450 unidades de internação no Brasil, muitas não têm sequer educação regular e uma parte delas ainda utiliza a EJA (Educação de Jovens e Adultos), que não tem o mesmo apelo que a educação deveria ter para alguém mais novo. No caso da internação, a EJA representa uma perda na metodologia e de carga horária de estudo para quem mais precisa estar presente na escola.

Um pouco mais da metade das unidades de internação tem programas de ensino regular, e a minoria garante o mínimo instituído por diretrizes do programa de educação(20h). Algumas das unidades até deixam a decisão para o adolescente e, assim, muitos preferem não participar. Há uma correlação tangível entre a educação e a punibilidade, seja na sua estruturação punitiva concreta, desde dados estatísticos, seja na construção de proposições discursivas parlamentares.

Nos discursos da votação, (como indica o diário oficial) o tema recorrente revolve em torno da construção dos termos “impunidade” e “educação”. Assim como nas justificativas deontológicas, ambos os polos do debate se valem das justificações sobre impunidade, e colocam a educação como resposta (na lógica do imperativo hipotético). Como exemplificam as falas abaixo:

Contra a PEC:

“O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que acaba de completar 25 anos, precisa urgentemente ser aperfeiçoado, tornando mais rigoroso o tratamento para quem atente contra a vida. Estou convencido de que o caminho para a superação da violência passa pelo combate sem tréguas à impunidade e pela melhoria do sistema de segurança pública, com o fortalecimento e qualificação das instituições policiais, mas não só isso. É preciso investir fortemente em políticas públicas nas áreas da educação”.¹⁴⁸

¹⁴⁷ PAES, Paulo Cesar Duarte. “Educação de adolescentes privados de liberdade: uma abordagem vigotskiana” Disponível em : <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/download/32818/18917>> Acesso em 8/10/2018. P 254.

A favor da PEC:

“Nós queremos educação, sim, e oxalá educação resolva esse problema. É educação que nós queremos, mas onde a educação não deu jeito, não podemos deixar a impunidade prosperar. É a vida do nosso povo que está em jogo agora!”¹⁴⁹

A utilização de respostas similares sob pontos de vistas diferentes indica a inexorável moralidade das leis. Tanto o termo “impunidade”, quanto o termo “educação”, têm presença recorrente na mídia, na academia e na rotina cotidiana dos indivíduos. O termo impunidade é utilizado de forma indiscriminada tanto por veículos de comunicação como por parlamentares. Estes veículos são meios de propagação moral, vetores de um discurso anti-secular que ainda é presente no tecido legal brasileiro. O discurso da punição retributiva brada que o país não pune o suficiente, enquanto o Brasil tem prisões superlotadas, assim como um número assustador de presos provisórios.¹⁵⁰

O termo educação é mencionado cerca de 250 vezes no primeiro dia de votação, e cerca de 200 vezes no segundo dia conforme o Diário Oficial; assim como a impunidade, a educação também é tema recorrente no noticiário e nos círculos sociais. Permeada por diversos vetores, o modelo de educação não é debatido. A educação é sempre tratada em abstrato. Não há menção de valorização do docente, tampouco discussão se o modelo ENEM abarca a diversidade inerente ao ser humano enquanto ser social plural.

A “educação” é salvação imediata, uma afirmação epistemologicamente necessária, símbolo daquilo que é puro. É surpreendente como, no discurso, a educação é utilizada como resposta utópica, independente do problema. Educação no trânsito, Educação Ambiental, Educação como direito de Remição da pena. No entanto, é de

¹⁴⁸ Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 1/07/2015. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page> > Acesso: Dez, 2015. Pag 33 (deputado Edmilson Rodrigues-PSOL)

¹⁴⁹ Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 1/07/2015. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page> > Acesso: Dez, 2015. Pag 160. (Deputado Moroni Torgan)

¹⁵⁰ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Anuário Brasileiro de Segurança Pública.” São Paulo: Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/8o_anuario_brasileiro_de_seguranca_publica.pdf> pag.

significativa importância denotar que, se- de fato- ambos os lados concordam com o âmbito educativo como solução, tão amplo ou vazio qual este seja, há de se concluir que a via de solução não cabe ao âmbito penal. O próprio ECA¹⁵¹ tem caráter educativo e não penal, e assim não seria necessária nova legislação, apenas a aplicação da que já existe. Em todo o caso, se a própria emenda entende que a intenção da PEC, enquanto dispositivo legal, é educar e não punir, porque criar uma legislação penal para resolver um problema da educação?

“Sr capitão augusto: Deputado Jean Wyllys, não adianta ficar mudando isso aí! Educar? E o que é que se faz com esse pessoal que está cometendo crime agora? Faz-se o quê? Leva-se para casa? Tem de punir! Tem de segregar da sociedade! Não se pode é deixá-los continuar estuprando, matando e sequestrando. A educação é o segundo passo; o primeiro momento, agora, é, sim, a redução, para o fim da impunidade no Brasil.”¹⁵²

A proposição de punir enquanto discurso, se materializa na prisão enquanto resposta para o problema da impunidade, e é um imperativo categórico de maneira negativa: “impunidade como algo injusto”. Já quando se relaciona ao fim da educação age como imperativo hipotético. Trata-se, a partir de uma visão metafísica, de definir o que é bom e o que é mal. No caso, a educação é intrinsecamente boa, e a punição intrinsecamente justa. Ambos agem como ferramentas de discurso ancorados em imperativos.

Ao perceber um vetor moral claro que impulsiona o sujeito e aviva aquilo que lhe parece supostamente imoral, escapando uma vez mais da esfera concreta, o processo de elaboração de leis ignora dados empíricos através de uma argumentação totalitária que assume uma roupagem intransigente quanto a crítica. O Estado de fato pune seus jovens, visto o grande número de prisões, mas o discurso punitivo não reconhece isso.

Ademais, é gritante o fato de que o número atos infracionais praticados por menores contra a pessoa não tem valor significativo para um câmbio legislativo. Isto

¹⁵¹ BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990. Art. 90, Caput.

¹⁵² Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 1/07/2015. p 40. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page>> Acesso: Dez, 2015

posto, vê-se que a práxis jurídica ignora o caráter protetivo do ECA, e faz opção pela medida de internação na maioria dos casos, o que se comprova nos dados apresentados.

As ações legislativo e executivo não podem ser colocadas em plano distinto da esfera das opressões diárias, caso pretendamos escapar do direito do “dever-ser”. Não é cabível deixar de relacionar os cortes do governo na educação ¹⁵³em meio ao período interrupto de greves ¹⁵⁴, com o encarceramento em massa da população jovem. A própria ideia de “impunidade”, termo mencionado diversas vezes no Diário Oficial por deputados na tribuna, não se verifica. Através de dados fáticos explanados acima quanto ao crescimento de internações verifica-se um aumento: 16% de 2005 a 2012, e um crescimento constante nos anos seguintes.

Mais uma vez ocorre o embate do idealismo com o materialismo. Embate travado na bolha de Brasília, sendo assim possível proferir afirmações distantes da população (teoricamente e espacialmente), mas que despertam seu sentimento de retribuição ou de bondade intrínseca de certas ações. O crescimento da população carcerária, e suas ramificações no Direito Penal, dizem respeito ao que está acontecendo nas casas legislativas no presente. Visto isso, é necessário o entendimento da gênese das leis, ancorando-se em fatores econômicos e políticos; componentes essenciais da moral.

¹⁵³FOREQUE, F. Prioridade de Dilma: Educação deve responder por 13% do corte. Folha de São Paulo. Acessado em : Outubro, 2015. Link Eletrônico : <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1632333-prioridade-de-dilma-educacao-deve-responder-por-13-do-corte-de-r-70-bi.shtml>>

¹⁵⁴ Equipe Andes. “Docentes federais em greve realizam atos em diversos estados do país”. 6/10/2015. Disponível em: < <http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/10/06/docentes-federais-em-greve-realizam-atos-em-diversos-estados-do-pais/>>. Acesso em : Outubro de 2015.

IV - ASPECTOS MORAIS TRANSVERSAIS

O preâmbulo da constituição Brasileira, apesar de não possuir força normativa, como exaustivamente explanado nos cursos de direito, permanece sendo norte eclesiástico do parlamento brasileiro. A figura de um poder supremo, de caráter monoteísta, aparece no texto legal, seja na proposição original da redução, seja na sua representação do discurso nas falas parlamentares, e até mesmo na política com sua bancada específica.

Acima da lei está deus. A afirmação é literalmente verdadeira em termos de espaço, visto que nas audiências e turmas do judiciário brasileiras, o juiz que profere sentenças tem acima dele um crucifixo. A Bancada evangélica exerceu uma relação de poder na votação da redução, que acabou por positivar e legitimar uma moral específica do grupo. Baseada na validação auto referencial dos discursos e da própria lei, as falas destes deputados tem um teor de imperativos categóricos, pois, como se trabalhou exaustivamente, remontam a uma dimensão metafísica auto referenciada.

Em termos numéricos, a bancada evangélica conta com 185 deputados e representa 36% do congresso. Em análise dos votos (presente na tabela anexa), verifica-se que cerca de 80% da bancada evangélica votou a favor da redução da maioria penal. É notável observar que os partidos declaradamente de direita votaram a favor da redução na bancada evangélica, com apenas algumas exceções, e nos votos contra a redução (dentro da bancada evangélica) o PDT, PT, PCDOB, aparecem os partidos de “esquerda”.

O número de cristãos evangélicos no país cresceu 61% em 10 anos na relação do censo do IBGE realizada em 2010, levando especialistas a concluir que é possível que em 10 ou 15 anos o Brasil não tenha mais a maioria da população católica. Uma das grandes propagadoras do crescimento da religião evangélica é a Igreja Universal. Tamanha força econômica da instituição, que além de lançar candidatos, tem um grande patrimônio isento de tributação. Em pesquisa, realizada em 2012, foi possível aferir que

a igreja possuía à época: 71 emissoras de rádio (AM e FM) e 23 emissoras de TV, entre elas a TV Record¹⁵⁵.

Em levantamento realizado pelo G1, utilizando a base de dados do TSE, averiguou-se que o número de candidatos com títulos eclesiásticos, que fazem campanha e se inscrevem em chapa eleitoral no ano de 2018, cresceu. Pelo menos 521 candidatos concorreram com esses títulos, sendo 313 destes pastores ou pastoras.¹⁵⁶ O crescimento de vetores evangélicos traz uma nova dimensão para a relação de poder na política. Atrelado a este crescimento, há também o aumento de justificativas e hipóteses morais voltadas para um ser supremo, cuja inalcançabilidade só se torna menor (teoricamente) ao adequar-se o sujeito à padrões de abnegação. “A hipótese moral, para fins de justificação de deus, fazia constar que o mal deve ser voluntário (e isso meramente para que se pudesse acreditar no caráter voluntário do bem) e, por outro lado em que todo mal ha um desígnio ou salvação”¹⁵⁷

Ao tentar dissociar as condições de classe inerentes ao problema social do hiperencarceramento, o entendimento de que o suposto “mal” perpetrado por menores pode ser resolvido penalmente é assustadoramente anti-secular. Nietzsche observa que a ideia de voluntariedade do mal, e a própria ideia do conceito de mal é anti-secular. A proposição de redução isenta o Estado de responsabilidade, tanto na tutela do cidadão e como co culpado pelo delito. A valoração, nas falas dos deputados é constante, e pode ser vista a partir de imperativos categóricos e ideários de perfeição moral, recorrendo a um deus bom:

“O SR. PR. MARCO FELICIANO: Por isso, nós estamos aqui sorridentes em vê-lo disposto para, junto conosco, **votar hoje, permitindo Deus aqui**, a redução da maioria penal. Ontem sofremos uma derrota significativa, mas

¹⁵⁵ MODESTO, Cláudia. “34 anos de evangelismo eletrônico.” 15/05/2012. Disponível em: <http://www.webcitation.org/6B7qVzxOU>. Acesso em: 17/09/2018

¹⁵⁶ GELAPE, Lucas. Putini, Rafaela. “Mais de 500 candidatos usam títulos religiosos no nome de urna. Ao menos 521 candidatos utilizam títulos religiosos como 'pastor', 'padre' ou 'bispo' nos nomes de urna declarados nos pedidos de registro de candidatura”. 20/08/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/20/mais-de-500-candidatos-usam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml>> Acesso em: 20/08/2018.

¹⁵⁷ NIETZSCHE, Friedrich. Op, cit,; p. 125.

hoje a revanche será mais forte. Não à criminalidade! Que a justiça seja feita com toda a equidade.¹⁵⁸

As referências a ideias totais não remontam apenas a um deus misericordioso, mas também a um deus punitivo. Surge uma ideia velada, não tão velada assim, de punição aos deputados que votassem contra o projeto sob um aspecto retributivo. Diante de uma suposta omissão, estes deputados deveriam ser punidos, novamente remontando ao imperativo categórico. Essa linha de temor divino também foi suscitada por outros deputados a favor e contra a PEC:

A favor:

“O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) –Quer dizer, uma coisa que eu nunca vi aqui nesta Casa! Eu quero lamentar mais ainda o voto das mulheres. As mulheres, que são as maiores vítimas da violência neste País, muitas delas votaram a favor dos bandidos! Ou seja, **Deus queira – Deus queira mesmo** – que esses que estão defendendo a bandidagem e a impunidade não sejam visitados por um vagabundo desses nas suas casas”¹⁵⁹

O termo deus é utilizado em proposições a favor da redução da maioria, mas também em argumentações contra. O esvaziamento de conteúdo empírico permite perceber a flexibilidade do argumento absoluto. Diante do esvaziamento de seu conteúdo empírico é possível utilizar do mesmo raciocínio para chegar a uma conclusão completamente distinta:

“O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.): Nós temos consciência de que a juventude será colocada nas cadeias, se for aprovada essa PEC. Os que a aprovarem neste **Parlamento vão também, diante de Deus, responder por crianças que lá serão assassinadas, estupradas, violentadas** ou, então, transformadas em grandes criminosos, porque lá estão as organizações criminosas que tomaram conta dos nossos presídios.”¹⁶⁰

¹⁵⁸ BRASIL.Diário oficial da Câmara Dos Deputados . Ano LXX nº 110. Quinta feira, 2 julho de 2015. P 115. Disponível

em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150702001100000.PDF#page=>

¹⁵⁹ BRASIL.Diário oficial da Câmara Dos Deputados . Ano LXX nº 110. Quinta feira, 2 julho de 2015. P 50. Disponível

em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150702001100000.PDF#page=>

¹⁶⁰ BRASIL.Diário oficial da Câmara Dos Deputados . Ano LXX - Nº 109 Quarta Feira, 01 de julho de 2015. P 84. Disponível em:<

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page=> Acesso: 01/07/2016

A figura de deus, argumento absoluto, aparece para punir tanto aqueles que estão pretendendo encarcerar os mais jovens, como aqueles que supostamente estariam compactuando com a impunidade. O conteúdo moral religioso esteve presente em toda a discussão:

(...)” nós não estamos falando de pessoas que cometeram simples furtos, mas sim de pessoas que praticaram tortura, tráfico de drogas, terrorismo, crimes hediondos, homicídios dolosos, lesão corporal grave, lesão corporal seguida de morte, roubo, como causa de aumento de penas. Quero perguntar a alguém que nos esteja ouvindo se essas pessoas de 16 anos, de 17 anos, que cometeram esses crimes merecem conviver na sociedade como se fossem menores inimputáveis. Na realidade de hoje, é impossível fazer essa defesa. Quando eu saí da faculdade de Direito, em 1977, aquela era uma realidade completamente diferente da de hoje. A sociedade não aceita a não punição de crimes bárbaros, como aconteceu e vou citar agora o caso no Rio de Janeiro – com aquele médico que foi assassinado quando passeava de bicicleta na Lagoa Rodrigo de Freitas, e houve para aquele crime bárbaro uma condenação a apenas 3 anos de prisão. “¹⁶¹ ¹⁶²

Ao citar um dos crimes mais noticiados pela mídia, o deputado, assim como a maioria da mídia, “esquece”, inexplicavelmente, da constante guerra que a população das favelas tem de passar, esquece-se de Amarildo, ou da supracitada Claudia, perde a memória do menino Alan de Souza Lima baleado enquanto corria com um celular¹⁶³. O imperativo categórico não serve, nesta linha do discurso, para universalizar as ações do agente do Estado, mas apenas como proteção ao próprio Estado, que espera de seus cidadãos o respeito a um padrão moral seletivo.

As falas demonstram o entendimento de que todos possuem essa bússola moral que impede o sujeito de cometer ações não passíveis de universalização. Afasta-se da realidade prática para supor uma tese metafísica em relação ao caráter moral que deve ser tomado diante de uma situação concreta; ao se afastar da realidade não é possível

¹⁶¹ Diário Oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 1/07/2015. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page> > Acesso: Dez, 2015. Pag 150.

¹⁶² BRASIL. Diário oficial da Câmara Dos Deputados . Ano LXX - Nº 109 01/07/2015. Disponível em :<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page> > Acesso: Dez, 2015.>. Acesso em 01/07/2016. p 227. ” O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) –Esse crime, muito além da gravidade de ter ceifado a vida de Jaime, tem um efeito ainda mais nefasto, que é o medo, o pavor, a revolta que se colocou em toda a coletividade. E eu aqui dei apenas um exemplo de muitos que poderíamos dar”

¹⁶³ Equipe G1 Rio. “Celular filma últimos momentos de jovem morto pela PM do Rio: PM afirmou que trio participava de confronto contra os policiais na favela. Sobrevivente nega versão e PM afasta agentes”. Fev 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/02/celular-filma-ultimos-momentos-de-jovem-morto-por-pm-no-rio-veja.html>> Acesso: Out, 2015.

observar a crueldade do sistema penal. Segundo o 8º anuário de segurança pública, no período de 2007 a 2012, as polícias brasileiras mataram mais que as americanas em 30 anos.¹⁶⁴ Orlando Zaccone denuncia essa prática de extermínio, cujo instrumento é o auto de resistência:

A grande pergunta do auto de resistência: não como a polícia agiu, mas quem ela matou. Então, completada a figura do inimigo, isto é, o traficante de drogas, e esse fato ocorrendo dentro de favelas, de guetos, isso é colocado na escrita dos promotores de justiça como elementos a justificar a morte.¹⁶⁵

No entanto, o excelentíssimo deputado parece querer impor um vetor que se relaciona com essa figura mítica do traficante, no caso da redução é o menor sanguinário:

Acredito que é o que o Brasil quer, não só pelas pesquisas, que mostram que mais de 87% desejam a redução da maioridade penal, mas o Plenário tem a possibilidade de fazer um texto ponderado, acessível à maioria da população, que passe a ideia necessária de que não há impunidade para crimes odiosos, bárbaros, que prejudicam o convívio em sociedade, de marginais que praticam atentados contra a vida, o patrimônio, e fazem com que a sociedade se sinta insegura.¹⁶⁶

Mas a crítica histórica parece não importar para os vetores morais desta vontade punitiva. Permanece o caráter distanciado nas falas dos deputados durante o primeiro e segundo dia de votações, imbuídas de roupagens de cunho anti-secular e fundadas em máximas categoricas:

O SR. ALAN RICK (Bloco/PRB-AC) Foi dito, inclusive pelo Deputado Luiz Couto, que é padre e a quem respeito muito, o versículo em que Jesus falou que se colocasse uma pedra de moinho no pescoço se qualquer um escandalizasse um dos menores. E a Palavra de Deus diz: “**Não matarás. Não furtarás. Honra teu pai e tua mãe(grifo nosso)**”. É o primeiro mandamento. A sociedade brasileira não aceita mais a impunidade! Também temos uma dívida com a juventude, é importante que se diga. Defendemos o investimento em educação, como propõe o projeto de lei de educação em tempo integral, e em esporte, para garantir a melhoria da qualidade de vida e

¹⁶⁴ BRASIL. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Anuário Brasileiro de Segurança Pública.” São Paulo: Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/8o_anuario_brasileiro_de_seguranca_publica.pdf> p. 6.

¹⁶⁵ ZACCONE, O. “Autos de resistência legitimam extermínio como política de Estado” Ago, 2015. Disponível em: <<http://portaljustificando.jusbrasil.com.br/noticias/224823378/orlando-zaccone-autos-de-resistencia-legitimam-extermínio-como-politica-de-estado>> Acesso: Out, 2015

¹⁶⁶ Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 1/07/2015. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page>> Acesso: Dez, 2015. Pag 150.

a inserção social, profissional, educacional dos nossos jovens. Porém, não podemos deixar de ouvir a voz do povo brasileiro, que clama pelo fim da impunidade neste País. Temos que prender bandidos, e não jovens que produzem, que estudam, que contribuem para o nosso País¹⁶⁷

"Não matarás. Não furtarás. Honra teu pai e tua mãe" : Esta é uma máxima que assume uma roupagem passível de ser universalizada. É validação do discurso por uma perspectiva metafísica, pois trata de comandos moralmente bons, pressupondo uma suposta universalidade do pensamento intrínseca e a permeação de valores que compõe a sociedade a partir de uma ideia cristã. De modo a corroborar os argumentos apresentados é justo que utilizemos como exemplo o deputado Alan Rick, e sua fala enquanto defendia a aprovação do projeto. A partir de uma visão relacional de poder, presente na teoria agnóstica, não é possível deixar de lado o fato do excelentíssimo deputado também exercer a vocação de pastor.

A votação da PEC com modificações ocorreu no dia 1 de julho, e as falas emblemáticas são exemplos claros de como a influencia perniciososa dos mais diversos vetores morais acaba por escapar o escopo dos juristas. A partir do diário oficial, foi transcrito abaixo um trecho de Ezequiel, não o referido pelo deputado e pela bíblia, mas sim o deputado Ezequiel Teixeira, que como Benedito Domingos, autor da PEC, também é pastor.

A análise de seu discurso tem uma grande importância pois exprime ideias do senso comum. Em sua fala ao plenário no dia 1/07/2015 defendeu a aprovação da lei de redução da maioria penal. Seu discurso carrega uma enorme carga moral; iniciou sua fala citando diversos crimes cometidos por menores. Ezequiel Teixeira optou por interromper narrativa para convidar os presentes, em especial a aqueles que não aprovavam a lei, “a levarem estes menores para suas casas”.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 1/07/2015. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page> > Acesso: Dez, 2015. P.92.

¹⁶⁸ ParlaTubeBrasil. “Dep. Ezequiel Teixeira relembra crimes bárbaros e defende a redução da maioria penal” (4m 36s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CtAkJtcBkE> Acesso em: 01/10/2015. Min da fala a partir de: 1:45

Em seguida permaneceu citando uma procissão de crimes cometidos por menores. Novamente apoiando-se na faceta moral argumentativa utilizando de imperativos que presumem um homem prototípico. O deputado citava menores por nome indo contra o disposto no art. 18 do ECA. O deputado termina ao afirmar que : “Esta lei(171/93) ampara o “homem de bem” e prende o bandido”. Assim, aqui é cabível a crítica de Nietzsche: “(...)predomínio absoluto da valoração moral sobre todas as outras: não se duvidava que deus não pudesse ser mal e que não pudesse fazer nada prejudicial(...)”¹⁶⁹ ou seja por perfeição pensava-se em perfeição moral .

A equiparação de Ezequiel Teixeira de cidadão de bem trabalha com conceitos de perfeição deontológicos, e, por isso, inalcançáveis. Apesar da procissão de crimes elencados pelo deputado os dados das pesquisas aqui trabalhadas demonstram uma história distinta. Entretanto a relação de poder hegemônica não é impactada unicamente por vetores que indicam números concretos, ela se guia por pulsões da sociedade, se relacionando em termos de afirmação discursiva e sua aceitação na sociedade.

¹⁶⁹ NIETZSCHE, Friederich. Op, cit,; p 169.

CONCLUSÃO

Sim a filosofia o direito! Trata-se de uma ciência que, assim como toda ciência moral ainda esta engatinhando! Desconhece-se ainda, por exemplo, também entre juristas que se consideram livres, a significação mais antiga e mais valiosa de punição- não se a conhece em absoluto: enquanto a ciência do direito não se colocar sobre um novo solo, a saber, sobre a comparação de povos e historias, ela permanecerá no combate inútil de abstrações fundamentais falsas¹⁷⁰

De modo a responder como constrói-se o padrão argumentativo parlamentar, sob uma ótica de enfrentamento idealista e crítica, e como a criminologia crítica e o idealismo trabalham com o dever-ser, é preciso analisar os conceitos trabalhados.

O imperativo é conceito importante, pode ser entendido desde a revolução copernicana como proposição individual necessariamente verdadeira e universalizável. O imperativo é máxima que justifica a si mesma (quando categórico) ou é meio para outra coisa (hipotético). Pode-se entendê-lo pela máxima: “aja como queiram que ajam com você” ou pela perspectiva negativa: “não faça nada que não fariam para você”.

Em suma, utilizou-se uma tripla caracterização do imperativo categórico enquanto conceito: I) como ferramenta de verificação epistemológica, de como se constrói uma proposição com caráter universalizador; II) como proposição moralmente e universalmente válida; e, por fim: III) como forma de categorização do discuso.

O imperativo categórico só é válido para compor um padrão moral seletivo, que deve ser incorporado pelos cidadãos, mas não se propõe como parâmetro universal da moralidade das ações do agente do Estado. O termo deus é utilizado numa roupagem totalitária em ambos os polos (a favor e contra a redução). O esvaziamento de conteúdo empírico permite perceber a flexibilidade deste argumento absoluto.

A crítica cumpre o papel de afirmar, por meio de dados estatísticos e de uma análise politico-social, que não se tratam de fato de imperativos, mas sim recursos

¹⁷⁰ NIETZSCHE, Friederich. Op, cit,; p p 374

vazios do discurso, utilizados como subterfúgio, visto a conclusão crítica de inexistência de pressupostos universais.

Os idealistas incorporam a separação ditada pelo postulado de Hume. Há uma tendência pela separação de dados empíricos e afirmações que prescrevem uma conduta ou ainda, que prescrevem a moralidade de uma opção. A partir da visão idealista, é possível caracterizar a aceitação da PEC 171/93 como um esforço moralmente válido, epistemologicamente validado por imperativos categóricos e hipotéticos. Também há uma necessidade de racionalidade centrada na posição do indivíduo quanto aos fenômenos. Todavia, cumpre lembrar que é impossível, no mundo empírico, segundo Kant, atribuir a certeza de que uma declaração é um “verdadeiro” imperativo categórico.

Já a posição crítica opõe-se diametralmente ao postulado de Hume. Entendendo que os saberes são interseccionais e que apesar de perceber a influência do indivíduo nesse saber, vê que a característica maior que o define vem de estruturas sociais de dominação e não de uma dimensão metafísica. A perspectiva crítica caracteriza os imperativos como meros subterfúgios argumentativos de um estrato inquisitivo, que por sua vez representa uma classe política anti secular, e que tenta sobrepor a moralidade cristã em um Estado laico.

O embate teórico entre as posições metafísicas e materialistas serve como pano de fundo para as políticas institucionais que alargam o sistema penal. A perspectiva crítica nos permite desvelar o caráter moral da legislação, assim como os sujeitos políticos que a compõem. Permite entender o delito como fenômeno social através de uma análise transversal.

Concluindo, a superação da metafísica ou do dever-ser, ou até da necessidade de validação universalizadora, nos permite utilizar a experiência para moldar o sistema penal e adequá-lo aos padrões empíricos, superando a ideia de máximas morais. Entende-se, também, a partir da labelling approach, que a legislação penal cria inimigos e é expressão de poder de uma classe dominante e expressão de uma moral dominante.

Ao analisar um texto legal propõe-se uma análise contingencial, perpassando pelo campo da moral. Aquele que se pretende estudar a história deve saber das razões dos personagens envolvidos nela, ou corre risco de permanecer com a concepção eurocêntrica de “descoberta” do Brasil.

Inequivocamente deve-se ter em mente o sujeito histórico que fez parte da elaboração de um texto legal: “Em toda estimação trata-se de uma determinada perspectiva, a saber conservação do indivíduo, de uma comunidade, de uma raça, de um Estado, de uma igreja de uma fé e de uma cultura”¹⁷¹

Novos dispositivos legais que introduzem ao âmbito penal a esfera dos imperativos categóricos e hipotéticos demonstram clara pulsão de expansão do vetor moral representado pelo sistema punitivo. O resultado da “batalha” hierárquica entre a incidência dos vetores do Direito Penal, e todas as suas ramificações, é a exclusão dos direitos fundamentais positivados na constituição, não restando dúvidas quanto ao mito da subsidiariedade ou fragmentariedade¹⁷² do Direito Penal.

O imperativo categórico, entendido sob a perspectiva da inversão copernicana, que por sua vez coloca o sujeito e não o fenômeno no centro da ação, funciona como ferramenta classificatória epistemológica moral, de modo a evidenciar os discursos auto referenciados e sua relação com o indivíduo que os profere.

A crítica surge para entender que tais imperativos nada mais são do que roupagens cujo intuito é conseguir suporte para proposições cuja verificabilidade na realidade concreta é desimportante. Entende que esses discursos fomentam expressões específicas de dominação numa involução centrada na política penal (aplicação da lei penal) ao reverso de uma política criminal(verificação institucionalizada transversal).

O diário oficial constitui uma importante fonte pois exhibe a historicidade da legislação, deixando transparecer as razões simbólicas no discurso. A proposição da lei, ainda em 1993, também sugere o caráter anti secular da norma devido a fundamentação

¹⁷¹ NIETZSCHE, Friederich. Op, cit., p. 153

¹⁷² GRECO, Rodrigo. Curso de Direito Penal- Parte Geral. Volume 1. 7ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

em passagens bíblicas e imperativos categóricos. Analisando a votação da PEC 171/93 através do diário oficial, é possível perceber esta pulsão punitivista que se legitima através de discursos apoiados em verdades universalizadoras e a forma como os anseios de um “senso comum” alargam o Direito Penal e sobrepujam os direitos humanos.

Durante a pesquisa foi possível delimitar um dos vetores de expansão da redução da maioria. Em termos parlamentares e da construção unitária de um discurso vemos uma grade incidência da bancada evangélica, e da religião enquanto um todo que atrela seus discursos a uma sensação generalizada de impunidade. A redução também é vista como reflexo de uma política de expansão carcerária e expansão de medidas socioeducativas como meio de correção de desigualdade social e criminalização secundária extremamente seletiva.

Sob uma constituição cujo preâmbulo, que apesar de não possuir força normativa, vem carregado de conteúdo moral cristão¹⁷³. Num sistema inquisitório aonde réus participam de audiências algemados e juízes declaram suas sentenças sob o olhar atento de uma cruz, é necessário apontar as influências anti-seculares no dir Direito Penal. As justificativas que originam legislações de um Estado laico não podem ter diretivas carregadas apenas de um conteúdo moral cristão mas mesmo assim o tem. Assim como os valores, a origem das leis é permeada de problemáticas inerentes a fatores externos e internos.

Os efeitos práticos, sob a perspectiva do labelling approach, começam pela expansão da punibilidade de um rótulo estabelecido, aferido na análise de mais de 3 pesquisas realizadas entre 2002 e 2017: Jovens, entre 15 e 17 anos, negros, com baixa escolaridade, que cometem delitos patrimoniais de menor escala ou assistem o tráfico em posições subalternas.

¹⁷³ “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos(...) sob a proteção de deus” Preâmbulo CF1988

A aprovação da PEC seria mais um novo esforço de tentar impedir a criminalidade pelo encarceramento em massa, estratégia que levou a gestão da miséria nos EUA, que não tem funcionado no Brasil e que agora tenta voltar-se para esfera socioeducativa(já em expansão cf. demonstram os dados.)

É gritante a constatação de que o fenômeno de hiper encarceramento de nada faz para impedir novos crimes, mesmo assim aprovou-se por meio de emenda aglutinativa a abertura de novos estabelecimentos penais com capacidade de alocação aos jovens que integrem a nova faixa punível (maiores de 16 menores de 18).

O Direito Penal está longe de ser o instrumento adequado para a tutela de crianças. O Direito Penal é a ultima medida a ser tomada, e no caso está sendo utilizada como ferramenta salvadora. Diante dos pressupostos do ECA, e a caracterização da própria medida educativa enquanto tal, e não como pena, a incidência do Direito Penal atesta o fracasso do que pretendia instituir o ECA.

Ademais ambos os polos do debate encaravam o problema da mesma maneira, um confronto entre a educação e a punição. Ambos os polos clamavam por educação, o Direito Penal por excelência não e instrumento educativo, é instrumento de retribuição, logo a partir desse ideário é possível concluir que o Direito penal não harmoniza-se com pressupostos do ECA tampouco com a educação.

Vemos a distância e o caráter simbólico do discurso parlamentar ao confronta-lo com os dados relativos aos atos infracionais cometidos por menores. Temos em sua maioria jovens que cometem delitos patrimoniais ou estão envolvidos com o tráfico. A punibilidade de tais crimes também demonstram uma centralidade na ideia de propriedade privada e quanto ao controle do corpo pelo estado na ingestão e venda de substâncias.

O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo¹⁷⁴, abarcando os detentos nas condições mais abjetas em países supostamente desenvolvidos¹⁷⁵.

Observando as conclusões da pesquisa do Mapa do Encarceramento percebe-se que a maioria da população encarcerada é de jovens entre 18 a 24 anos¹⁷⁶ e que a incidência dos crimes praticados não sugere a necessidade de uma dilatação do Estado penal.

Salienta-se que o Direito Penal não é o instrumento adequado para tutela dos direitos humanos, a resposta para esta problemática não [é dada desde a política criminal. Quando se utiliza do Direito Penal para combater a violação de direitos humanos ocorre uma inversão ideológica. A facilidade da sanção enquanto método de coação aprisiona o discurso crítico, gerando uma “ideologia da lei e ordem versão de esquerda”¹⁷⁷

No presente esforço a crítica funciona como arma de denúncia, mas nunca como arma de legitimação de uma política criminal punitiva. É necessário esquivar-se de uma política pan penalista, pois corre-se o risco de se legitimar pressupostos de defesa social e do sistema repressivo tradicional.¹⁷⁸

¹⁷⁴ Equipe Folha. “Brasil Passa a Rússia e tem a 3ª maior população carcerária”. Folha de São Paulo. Notícia eletrônica: Acessado em outubro 2015: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1465527-brasil-passa-a-russia-e-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml>

¹⁷⁵ Human Rights Council Twenty-seventh session-Working group on arbitrary detention-. “Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development” Link eletrônico: <<http://www.conectas.org/pt/noticia/25358-aviso-de-pauta-onu-denuncia-prisoas-brasileiras-no-dia-10-9>> Acesso: Dez 2015

¹⁷⁶ BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude. “Mapa Do encarceramento os jovens do Brasil.” Brasília, 2015 Disponível em:< http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf> Acesso em: 12/12/2017. pag 84

¹⁷⁷ SILVA -SANCHEZ, Jesus. “La expansion del derecho penal, aspectos de la política criminal em las sociedades postindustriales” Civitas Ediciones: Madrid, Espanha. 2001 p 70.

¹⁷⁸ Cf. BARATTA, Alessandro. Op.,; Cit.,; p 132.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. “Dialética do esclarecimento” Trad: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p19.

ALBRETCH, Peter Alexis.” Criminologia – Uma Fundamentação para o Direito Penal” Lumen Juris – 2010 p.5

ALLISON, Henry. “Kant's Transcendental Idealism Revised and Enlarged Edition”. Yale University, 2004..

ALVES, Mazzoti. ALDA, Judith. “O método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa”. São Paulo: Pioneira 1998. p 177.

ANYAR, Lola. Criminologia da Libertação. Rio de Janeiro :Revan, 2005

ASHWORTH, Andrew.” Sentencing And Criminal Justice” Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 992

BARBON, Julia. VETORAZZO, Lucas “Intervenção federal no RJ faz 6 meses entenda o que aconteceu até agora”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/intervencao-federal-no-rj-faz-6-meses-entenda-o-que-aconteceu-ate-agora.shtml>> Acesso em 07/08/2018. Como era de se esperar não houve qualquer diminuição no número de homicídios no estado tampouco ao volume e poder do tráfico de drogas.

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 2ª edição. p 68.

BARATTA, Alessandro. “Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal”. Revan, 2011. Coleção Pensamento Criminológico vol I. p 161.

BECKER, Howard. “Outsiders” Tradução: Maria Luiza X de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 1ª edição.

BETHENCOURT, Francisco.”História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séc xv-xix.”Companhia das Letras: São Paulo. 2000, 2ª reimpressão. P. 296.

BOITEUX, Luciana. “*Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*”. 2006. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOITEUX, Luciana. Drogas e Cárcere: Repressão às Drogas, Aumento da População Penitenciária Brasileira e Alternativas. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). **Drogas: uma nova perspectiva**. São Paulo: Ibccrim, 2014. p. 83-101.

BOITEUX, Luciana; LEMGRUBER, Julita. O fracasso da guerra às drogas. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 357-362.

BOITEUX, Luciana. Brasil: Reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 12, n. 21, p.1-6, ago. 2015. Disponível em: <sur.conectas.org>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BOITEUX, Luciana. WIECKO, Ela. (coord). (2009). *Tráfico de Drogas e Constituição: Um estudo Jurídico-Social do Art. 33 da Lei de Drogas Diante dos Princípios Constitucionais-Penais*. Brasília: SAL - Ministério da Justiça. Série Pensando o Direito.

BRASIL. Conselho Nacional de justiça.” Panorama Nacional: A execução das Medidas Socioeducativas de internação”. Brasília, 2012.. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf> Acesso em: 12/12/2017

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos: Secretaria nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; coordenação geral do sistema nacional de atendimento socioeducativo.” Levantamento sinase 2016”. Brasília, 2016. p 19 Disponível em:<http://www.mdh.gov.br/todas-as_noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf> Acesso em 12/08/2018.

BRASIL. Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 109. 1/07/2015. <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150701001090000.PDF#page>> Link eletrônico: Acesso: Dez, 2015

BRASIL. Diário oficial da Câmara Dos Deputados. Ano: LXX. Nº 110. 2/07/2015. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150702001100000.PDF#page>=

BRASIL. Diário oficial do Congresso Nacional. Ano: XLVIII. Nº 179. 27/10/1993. Disponível em:<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27OUT1993.pdf#page=10>> Acesso: Out, 2015. P. 23062

BRASIL. Emenda Aglutinativa 17/2015; PEC 171/1993, Julho de 2015. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1549087>> Acesso em 10/09/2018.

BRASIL. Emenda Aglutinativa:2/2015; Pec 171/93, de 2015 . Disponível em:<
https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1354963&filename=Tramitacao-EMA+2/2015+%3D%3E+PEC+171/1993>

BRASIL. Conselho Nacional de justiça.” Panorama Nacional: A execução das Medidas Socioeducativas de internação”. Brasília, 2012. p 27. Disponível em: <
http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf Acesso em: 12/12/2017.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude. “Mapa Do encarceramento os jovens do Brasil.” Brasília, 2015. P.79 Disponível em:<
http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf > Acesso em: 12/12/2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos: Secretaria nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; coordenação geral do sistema nacional de atendimento socioeducativo.” Levantamento sinase 2016”. Brasília,2016. p 15 Disponível em:<
http://www.mdh.gov.br/todas-as_noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf Acesso em 12/08/2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.” Levantamento anual de privação de liberdade”. Link eletrônico disponível em: <
<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012/> / http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf> Acesso: 01/02/ 2017

BRASIL, Decreto nº 9288 de 16 de fevereiro de 2018. “Autoriza a Intervenção Federal no Estado Do Rio de Janeiro”. Brasília, DF. Fevereiro, 2018.

BRASIL, Lei nº 12663 de 5 de junho de 2012. “Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013”

BRASIL. Conselho Nacional de justiça.” Panorama Nacional: A execução das Medidas Socioeducativas de internação”. Brasília, 2012. p 21. Disponível em: <
http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf Acesso em: 12/12/2017

BRASIL.ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório da comissão de defesa dos direitos humanos e cidadania: ALERJ.. Rio de Janeiro: Gráfica Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. P.29.

BRASIL. Lei 13260 de 16 de março de 2016.”Regulamenta o disposto no inciso XLII do art. 5º da CF/88, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as leis nºs 7960, de 21 de dezembro de 1989, e 12850, de 2 de agosto de 2013. Link eletrônico

disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm> Acesso 05/05/2017.

BRASIL. Forum brasileiro de segurança pública. “Anuário Brasileiro de Segurança Pública.” São Paulo: Disponível em:<http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/8o_anuario_brasileiro_de_seguranca_publica.pdf> Acesso em: 16/01/2018.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Brasília, 13 de julho de 1990

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. “Levantamento Nacional de informações penitenciárias. Atualização - Junho de 2016.” Brasília, DF. 2017. p.9. Disponível em:< http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf . Acesso em: 17/08/2017.

CAPPI, Ricardo. “Pensando respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioridade penal” (1993-2010). Revista de estudos empíricos em direito. vol 1, n 1. Janeiro de 2014. P16.

CARVALHO, Salo de. “Política Criminal De Drogas No Brasil” Lumen Juris, 4ª edição 2007.

CARVALHO, S de. “Penas e Medidas de segurança do Direito Penal Brasileiro”, 1ª edição , São Paulo: Saraiva. 2014

CARVALHO, Salo de. “Antimanual de criminologia” São Paulo: Saraiva. 6ª edição 2016, São Paulo.p 219

CHAPMAN, Dennis. ”Sociology and the stereotype of the criminal”. Londres, Tavistock. 1968

CIRINO, Juarez. “Manual de Direito Penal: Parte geral” Conceito editorial: 2012, 2ª edição: Florianópolis. P 243.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. “Relatório referente ao 150 período”. Washington. Mar de 2014.

FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 22ª edição, 2009. Rio de Janeiro: Lumen.

FOUCAULT, Michel. “Microfísica do poder” São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. “Vigiar e Punir” Editora vozes: São Paulo, 42ª edição, 2014.

GRECO, Rodrigo. Curso de Direito Penal- Parte Geral. Volume 1. 7ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

HERRERA FLORES, Joaquín.” Hacia una visión compleja de los derchos humanos. En El vuelo de Anteo.Derechos humanos y crítica de la razón liberal”. Bilbao: Desclée de Brouwer, S.A., 2000p.

HEGEL, Georg Wilhem Friederich. “Princípios da Filosofia do Direito”. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins fontes,1997.

HUME, David. “Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.”Tradução: José Oscar De almeida Marques. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, 2003.

Human Rights Council Twenty-seventh session-Working group on arbitrary detention-. “ Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development” Link eletrônico: <<http://www.conectas.org/pt/noticia/25358-aviso-de-pauta-onu-denuncia-prisoos-brasileiras-no-dia-10-9>> Acesso: Dez 2015

KANT, I. “Crítica da Razão Pura”. Trad: Manuela de Jesus e Alexandre Fradique. Lisboa: fundação Calouste gulberkian, 2001. 5ª edição: prefácio.

“ KANT, I. “Fundamentação da metafísica dos costumes”, Trad: Paulo Quintela. Editora 70 textos filosóficos. 2007, Lisboa.

KANT, I. “Metafísica dos Costumes”. Trad:Edson Bini. Editora: edipro. 1ª edição 2003, Bauru: São Paulo.

KUEHN, Manfred.”Kant, A biography.”Cambridge University Press, 2001. Disponível em: < <https://rosswolfe.files.wordpress.com/2015/02/manfred-kuehn-kant-a-biography-2002.pdf>

MERTON, Robert.” Social Structure and Anomie.” American Sociological Review, Vol. 3, No. 5 (Oct., 1938), pp. 672-682. Disponível em: : <http://www.jstor.org/stable/2084686> Acesso em : 15/09/2018.

NIETZSCHE, Friedrich. “Vontade de Poder “ Tradução Marcos Sinésio e Francisco José. Rio de janeiro: Contraponto, 2011.

NIETZSCHE, Friederich. “Vontade de Poder”. 1ª reimpressão, março de 2011. Rio de Janeiro: Contraponto. (tradução: SINÉSIO, P. MORAES, J.)

PAES, Paulo Cesar Duarte. “Educação de adolescentes privados de liberdade: uma abordagem vigotskiana” Disponível em :

<<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/download/32818/18917>> Acesso em 8/10/2018. P 254.

PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. “História da filosofia”. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

PATON, H.J. “The Categorical Imperative: A Study in Kant's Moral Philosophy”. University of Pensilvania Press. 1971

PATON, HJ. “Kants Metaphysic Of Experience”. Vol I p 43. Disponível em: <<https://archive.org/details/kantsmetaphysico033328mbp>> Acesso em 07/09/2018.

PIERO, Laurence. “Entendendo Nietzsche” Tradução: Carlos Duarte e Ana Duarte. São Paulo: Leya, 2014.

ROQUE, A . “A ocupação Militar no Complexo da Maré”. Anistia Internacional. Link eletrônico disponível em:< <http://www.leffa.pro.br/textos/abnt.htm#5.10>> Abr, 2015.

RUBIO, David Sanchez. “Repensar derechos humanos de la anestesia a la siniestesia. encantos y desencantos de derechos humanos: de emancipaciones, liberaciones y dominaciones”. Icaria editorial, 2011

SOARES, Jussara- GAMBA, Karla. “”Começou a dar uma sensação de segurança”, diz Temer sobre intervenção no Rio”. Disponível em:< <https://extra.globo.com/casos-de-policia/comecou-dar-uma-sensacao-de-seguranca-diz-temer-sobre-intervencao-no-rio-22652951.html>> Acesso em 07/08/2018.

SABADDEL, Ana. “Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do Direito.” Revista dos tribunais, 7ª edição ampliada 2017, São Paulo.

SCHUMAN, Karl. “On proper and deviant criminology varieties in the production of legitimation for penal law” in: Critique and Dissent: An Anthology to Mark 40 Years of the European Group for the Study of Deviance and Social Control. Red quill books, 2013.

SILVA, José Bezerra da. “O Poeta operário”. In: Da Silva, José Bezerra. “Eu não sou Santo”. Rio de janeiro, RCA, 1990.

SPOSATO, Karyna Batista. O Direito Penal Juvenil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SPINTEL, Arnaldo.” O que é Socialismo” São Paulo: Editora Brasiliense, 25ª edição, 1991.

[Tyminiecka](#) , Anna Theresa. “Analecta husserliana: The Yearbook of Phenomenological Research”. Kluwer, 1970.

ZACCONE, O. “Autos de resistência legitimam extermínio como política de Estado” Ago, 2015. Disponível em:

<<http://portaljustificando.jusbrasil.com.br/noticias/224823378/orlando-zaccone-autos-de-resistencia-legitimam-exterminio-como-politica-de-estado>> Acesso: Out, 2015

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. Criminologia: aproximación desde un margen”. Santa Fé de Bogotá: Temis S.A, 1993.

WACQUANT, L. Punir os pobres: Gestão da Miséria. 3ª edição. São Paulo: Ibcrim, 2003.